

UFRPE/Liceu (Recife).

Entre ruas e praças : histórias do movimento nacional de meninos e meninas de rua.

Humberto Miranda.

Cita:

Humberto Miranda (2021). *Entre ruas e praças : histórias do movimento nacional de meninos e meninas de rua*. Recife: UFRPE/Liceu.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/humberto.miranda/5>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/px70/tEP>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O PÉ DO MOLEQUE

INFORMATIVO DA COMISSÃO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
Brasília - 11, 12 e 13 de março de 1992

OIA NOÏS AQUI
OUTRA VEZ!!

O PÉ DO MOLEQUE está no segundo encontro, só que agora em Brasília, durante o 4º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Educadores. O informativo vem para informar.

Além de informar, o PÉ DO MOLEQUE pretende lutar pela divulgação do Estatuto dos Meninos e Meninas de Rua e denunciar a violência e incentivar a troca de experiências entre os núcleos de base.

Em breve, será lançada uma edição especial com os detalhes das visitas feitas em todos os estados. Será uma organização de trabalho em conjunto pelo PÉ DO MOLEQUE.



O GRITO
DOS MENINOS E MENINAS DE RUA

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Edição Cruz - Recife, setembro de 1991

A viagem

4º Encontro Nacional



Nos dias 4 a 7 de outubro haverá o 4º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 86 meninos e meninas e 12 educadores irão a Brasília. O grito dos meninos e meninas de rua será ouvido nestes dias por todo o Brasil e pelo mundo todo.

O grito dos meninos e meninas de rua, dos que vivem nas favelas e daqueles do carnaval. Todos gritarão juntos, com toda força e com o mesmo objetivo.

"Criança chora... adolescente grita... é a parte deles na construção da sociedade."



O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA

ANO II - Nº 8

Recife, novembro de 1989

Basta de Violência!



No fimzinho da tarde do dia 24 de outubro eu presenciei de perto uma cena trágica. Na avenida Guararapes, dois policiais espancavam crianças que não estavam fazendo nada.

Cadê os direitos das crianças que não chegam?

Vamos reivindicar nossos direitos! Estatuto

Edilson

Os participantes do 2º Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua viajaram para Brasília no dia 24 de outubro. Quando se dirigia para o ônibus Edilson, um menino de Caetés-Abreu e Lima, viu uma cena que lhe deixou muito chocado. Ele então escreveu o artigo ao lado, no ônibus que levou nossa caravana até Brasília.

Criança não é caso de polícia

Na 1ª Delegacia de Menor tem um cartaz que diz o seguinte: "Vamos passar para a Segurança Pública, graças à nossa vitória na Constituinte Estadual".

Para a polícia de menor deve ser uma ótima notícia. Mas para os meninos e meninas de rua é uma razão para chorar. "Estão fazendo da gente



caso de Polícia". Foram as reações dos meninos quando ouviram que a Polícia de Menor agora pertence à Segurança Pública. É muito triste. É um passo para trás. Depois que a gente estava tão presente na Constituinte. Mesmo assim fomos traídos... A Polícia de Menor devia pertencer à Secretaria de Educação.

O PÉ DO MOLEQUE
Informativo da Comissão Nacional de Animação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Muita união, conquistas. Alegria e felicidade no Natal. Os meninos e as meninas põem té em 95. Vem aí um Ano Novo porreta!

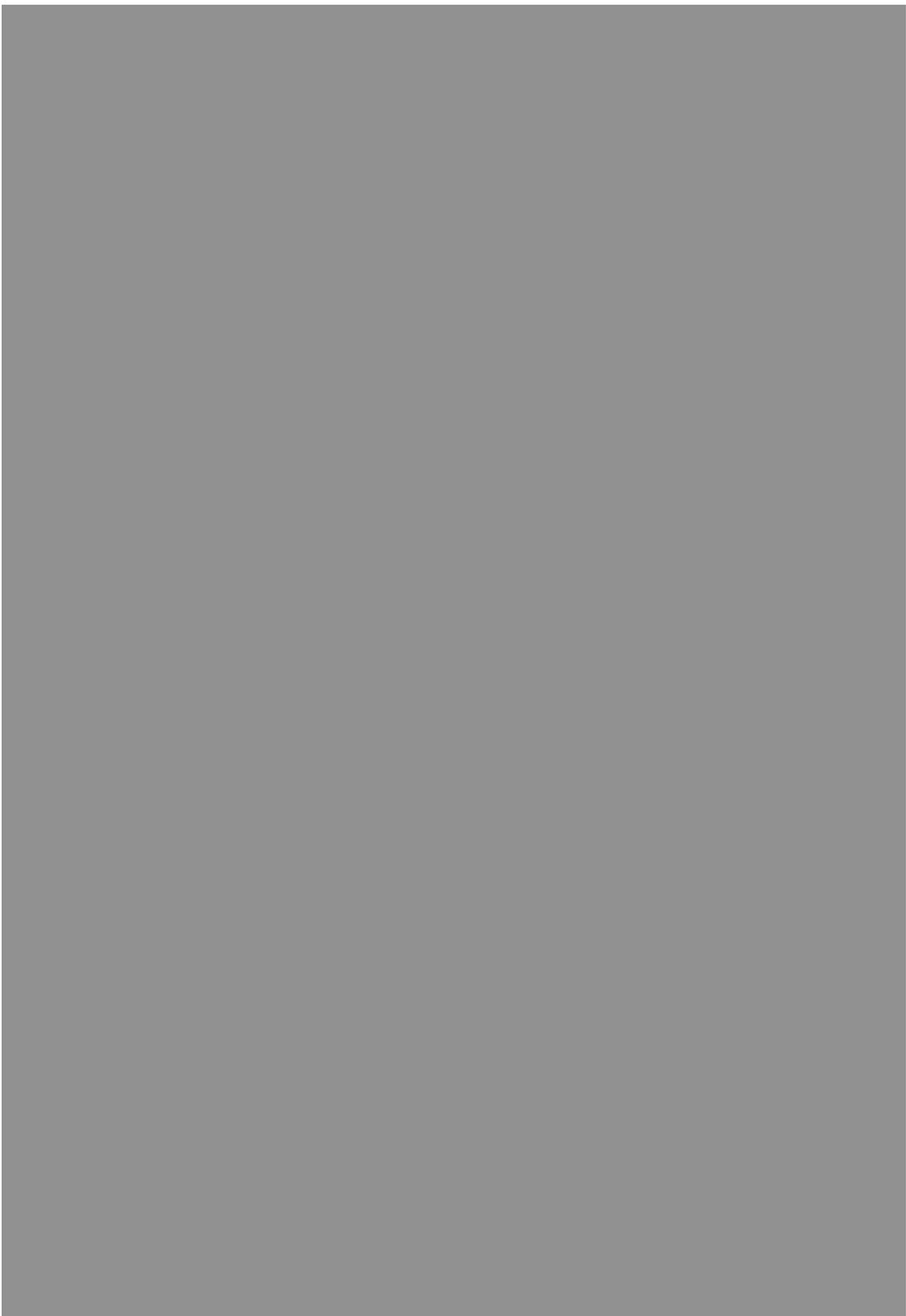
Organizar é o bicho!
Sob muito sol, água fresca e sapinhos pudescem falar... presidente do Brasil, os educadores da nova Comissão Nacional realizaram a primeira reunião com gente porreta no encontro no ritmo da galera garça apáida... solidariedade, energia e ajuda vontade de seguir em frente... para anunciar nossa força e construir um Brasil melhor onde o nosso jeito de ser e os direitos das crianças e dos adolescentes sejam respeitados.

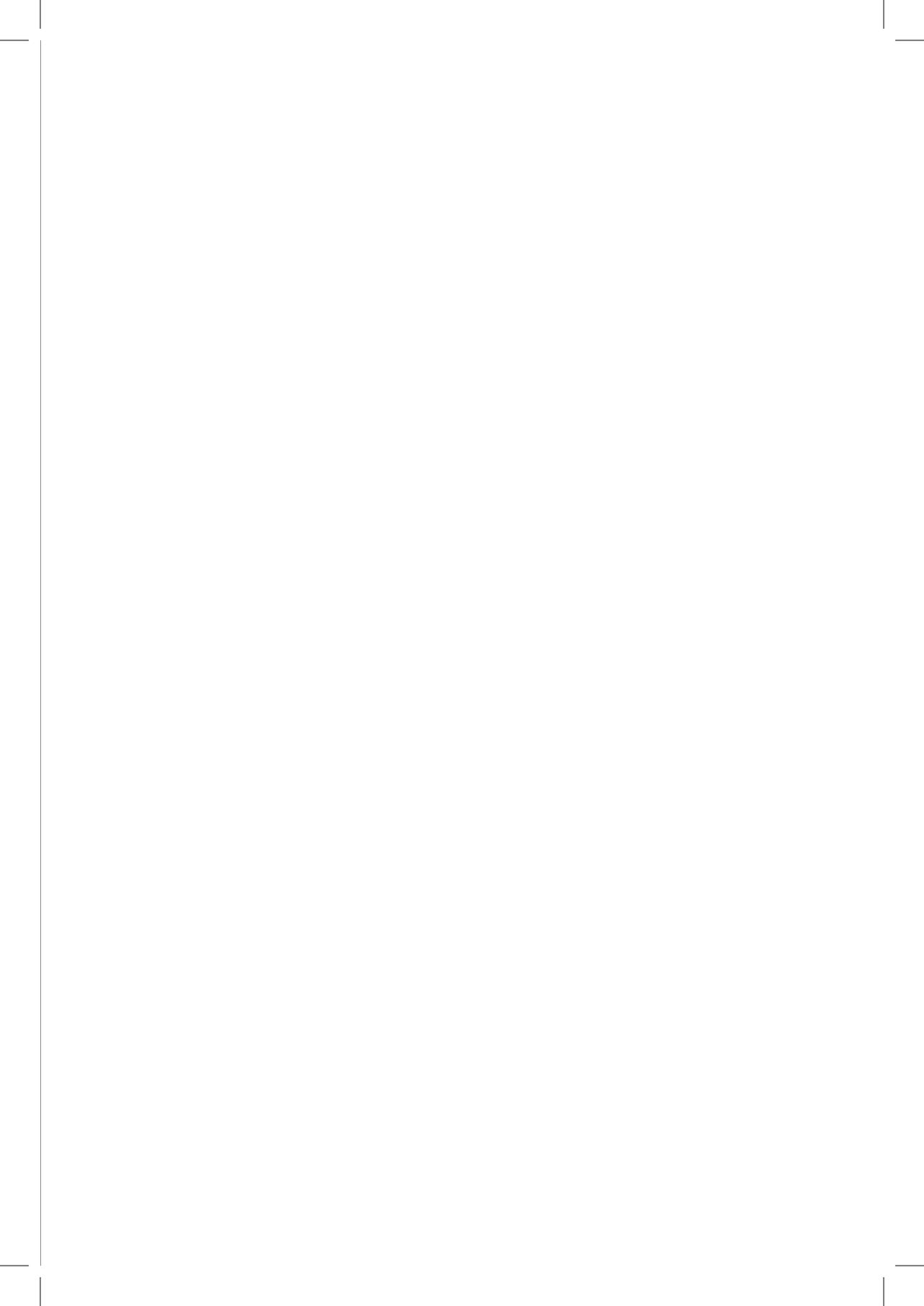
No Seminário de História das Crianças, fizemos um encontro regional... preparação do IV Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua... conversamos no pódaço... participação da mobilização do movimento do março do ano que vem... As novas atividades da Comissão também renderão legais... muito bate-papo e ideias super... O Pé do Moleque chega antes... temon por tuam... Segura... movida... tem nossa...

o Estão...

ENTRE RUAS E PRAÇAS

Histórias do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Humberto Miranda (Organizador)







O PÉ DO MOLEQUE

Nº 2

INFORMATIVO DA COMISSÃO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
Brasília - 11, 12 e 13 de março de 1992

OIA NOÏS AQUI OUTRA VEZ!!

O PÉ DO MOLEQUE está no segundo número, só que agora em Brasília, durante a reunião Nacional de Educadores. O informativo vai ficar.

Além de incluir a luta pela divulgação e estabelecimento dos encontros de meninos e meninas, denunciando a violência e incentivando a troca de experiências entre os núcleos de base. Em breve, será uma edição especial com os detalhes das visitas feitas. Será uma grafia de comunicação da organização de base.



O GRITO
DOS MENINOS E MENINAS DE RUA
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Edição Coiza - Recife, setembro/91

A viagem

4º Encontro Nacional



Nos dias 4 a 7 de outubro haverá o 4º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 86 meninos e meninas e 12 educadores irão a Brasília. O grito dos meninos e meninas de rua será ouvido nestes dias por todo o Brasil.

O grito dos meninos e meninas de rua, dos que vivem nas favelas e daqueles do carnaval. Todos gritam juntos, com toda força e com o mesmo objetivo. "Criança chora, adolescente grita: é a parte deles na construção da sociedade mundo todo."

O GRITO DOS MENINOS E MENINAS DE RUA
ANO II - Nº 8 Recife, novembro de 1989

Basta de Violência!



No fimzinho da tarde do dia 24 de outubro eu presenciei de perto uma cena trágica. Na avenida Guararapes, dois policiais espancavam crianças que não estavam fazendo nada.

Cadê os direitos das crianças que não chegam? Vamos reivindicar nossos direitos! Estatuto da Criança e do Adolescente.

Edilson

Criança não é caso de polícia

Na 1ª Delegacia de Menor tem um cartaz que diz o seguinte: "Vamos passar para a Segurança Pública, graças à nossa vitória na Constituinte Estadual".

Para a polícia de menor deve ser uma ótima notícia. Mas para os meninos e meninas de rua é uma razão para chorar. "Estão fazendo da gente



caso de Polícia". Foram as reações dos meninos quando ouviram que a Polícia de Menor agora pertence à Segurança Pública. É muito triste. É um passo para trás. Depois que a gente estava tão presente na Constituinte. Mesmo assim fomos traídos. . . . A Polícia de Menor devia pertencer à Secretaria de Educação.



Informativo da Comissão Nacional de Animadão da Organização Hidrolândia Coiza, 15 a 17 de outubro de 1991. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Muita união, conquistas. Alegria e felicidade no Natal. Os meninos e as meninas põem té em 95. Vem aí um Ano Novo porreta!

Organizar é o bicho!

Sab muito sol, água fresca. Banhos frescos, muitas conversas, muita alegria para escolher o novo presidente do Brasil. Os educadores da nossa Comissão Nacional realizaram a primeira reunião com gente porreta no encontro no ritmo da galera. Não deu pra mais animada. Sabem de galera energia e sapata vontade de seguir em frente. Na batalha para animar nossa força e construir um Brasil melhor onde o nosso jeito de ser e os valores são respeitados.

No Seminário de Itaipava, fomos um dos núcleos de base, preparação do IV Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Lá, com a participação da polícia, participamos da reunião da Assembleia do Movimento de Meninos e Meninas de Rua. Também realizamos muitas atividades e jogos. O IV de Brasília chegou antes mesmo do nosso primeiro encontro. Logo depois de Brasília chegou o primeiro encontro do movimento de meninos e meninas de rua.

ENTRE RUAS E PRAÇAS

Histórias do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Humberto Miranda (Organizador)



PREFÁCIO

Para o adolescente e ex-catador de lixo do lixão da Mirueira, em Paulista (PE), fazer o prefácio de um livro é um grande desafio. Mas, para o adolescente integrante do Núcleo de Base Comunidade Jovem do Futuro, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco, de lá do Alto Sol Nascente, em Olinda, membro da equipe do jornal *O Grito dos Meninos e Meninas da Rua*, que conseguiu tornar-se bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Católica de Pernambuco e atualmente é coordenador estadual desse Movimento, é uma grande honra e alegria.

Este livro é uma coletânea de oito artigos científicos produzidos por historiadores formados na Universidade Federal Rural de Pernambuco, que tiveram a ousadia de sistematizar uma parte da história brasileira, pernambucana, dos movimentos sociais, da infância, de crianças e adolescentes em situação de rua. Que a partir de sua organização, dores, vitórias, derrotas, sonhos e alegrias, apresentam uma perspectiva bem diferente dessas histórias, contadas de baixo para cima.

Perceberam que, para os que fizeram essa história, os heróis são outros: Padre Bruno, Adriano e Helena Janssen, Ana Vasconcelos, Tonho das Olindas e tantos outros e outras que dedicaram uma vida inteira à luta pela garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes. E ver essa história escrita, narrada, refletida, referenciada teoricamente e situada dentro do contexto de cada período, é a maior homenagem ao legado construído pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Grupo Ruas e Praças e a Casa de Passagem.

Como diria o jovem Zé da Silva, do MNMMR-PE, assassinado por

denunciar os grupos de extermínio do Recife, na década de 1990, “o Movimento é o lugar onde se pode entrar de peito aberto” - e foi o que fizeram esses jovens historiadores: Emanuel Bernardo, Maria Cristina, Thiago Oliveira, Raul Alves, Heliwelton do Amaral, Ellen Raphaela, Ana Gabriella e Gleyson Oliveira. Entraram, mergulharam em nossos documentos, no que escrevemos, no que os outros escreveram sobre nós, em nossas produções, em nossas memórias, nossos discursos e nossa prática.

E se debruçaram sobre vários elementos fundamentais para compreender um movimento social protagonizado por crianças e adolescentes em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade que conseguiu se organizar, mobilizar a opinião pública nacional, enfrentar e superar paradigmas, desmontar toda uma política nacional estatal negadora de direitos, pressionar o legislativo e garantir no texto constitucional e no estatuto específico, as bases legais para a garantia dos direitos humanos de todas e de cada criança e adolescente brasileiro.

A relação dos movimentos sociais, a participação cidadã e o protagonismo das crianças e adolescentes, a perspectiva da Educação Popular de Rua, a influência de Paulo Freire, e o extermínio e a exploração sexual são temas que serão abordados e aprofundados. Algumas análises foram realizadas com base em dois jornais produzidos pelas próprias crianças e adolescentes: *O Pé de Moleque* e *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*. Mas como os artigos foram elaborados separadamente, e com objetos de pesquisa relativamente próximos, uma parte da história é presente em quase todos e você perceberá uma repetição.

Para nós, do MNMMR-PE, essa produção cumpre dois objetivos importantes: o primeiro é devolver aos pesquisados o produto da pesquisa, superando uma dificuldade na relação entre movimentos sociais e universidade que chega, pesquisa, produz, mas não devolve o conhecimento sistematizado; o outro é que produções como esta são fundamentais para que possamos nos apropriar de nossa própria história, como membro de um movimento social ou organização da sociedade civil que tem sempre gente entrando e saindo, e a oralidade é a prática mais comum de repasse da história no cotidiano. Ter a história escrita, e a partir

de um olhar externo com parâmetros científicos, dá força e legitimidade.

Ao final do livro você, que não é militante da área da infância, terá uma clara visão da importância histórica desse segmento e os atuais militantes se reconhecerão em várias passagens e sentirão orgulho e o gosto ímpar da certeza de que nesta história tem a sua digital.

João Batista do Espírito Santo Junior - Coordenador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua /Pernambuco.



SUMÁRIO

AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PARA ALÉM DAS RUAS

Humberto Miranda

13

Movimento de Meninos e Meninas de Rua:

participação e práticas educativas

O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante

21

O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
E A PERSPECTIVA DA “EDUCAÇÃO POPULAR”

Maria Cristina Tavares

47

O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA:
PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR

Raul Alves da Silva

59

(Re) inventando as táticas: comunicação e resistências

CONHECENDO O MOVIMENTO NACIONAL
DE MENINOS E MENINAS DE RUA POR MEIO DO *PÉ DE MOLEQUE*

Thiago Oliveira Lima Nunes

77

“O GRITO” DE MENINOS E MENINAS DE RUA:
COMUNICAÇÃO EM MOVIMENTO

Heliwelton do Amaral Clemente

89

Para além das ruas...

GRUPO RUAS E PRAÇAS:
SOCIEDADE CIVIL E AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO
ABANDONO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RECIFE
Ellen Raphaela Vieira Santos

107

A CASA DE PASSAGEM E AS MENINAS EM SITUAÇÃO
DE RUA NO RECIFE (1980-1990)
Ana Gabriella do Espírito Santo

125

E depois do Estatuto da Criança e do Adolescente?

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE RUA NO RECIFE E A VIOLÊNCIA EXTREMA
Elton Gleyson Oliveira da Silva

149

AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PARA ALÉM DAS RUAS

Humberto Miranda

A trajetória de vida dos meninos e meninas que vivenciam as mais diferentes experiências nas ruas do Recife, ou de qualquer cidade brasileira ou latino-americana, possui fissuras que precisam ser problematizadas à luz do conhecimento histórico. As mais diferentes formas de abandono têm história e elas precisam ser narradas para que possamos compreender as questões socialmente vivas. Como afirma Marc Bloch, são nesses casos que a história é chamada a prestar contas desse passado vivido por homens e mulheres, meninos e meninas, através dos diferentes tempos (BLOCH, 2001).

Pesquisar a história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua desafia o saber-fazer historiográfico. O desafio de pesquisar o cotidiano de crianças e adolescentes a partir de fontes produzidas por adultos é um limite “imposto” por nossa cultura adultocêntrica, que na maioria das vezes não salvaguarda a documentação produzida por crianças. Nas escolas, nas instituições protetivas ou socioeducativas, prioriza-se o arquivamento dos relatórios de gestão financeira, ou os “prontuários” dos internos produzidos por adultos.

Os exercícios, os textos ou desenhos produzidos por meninos e meninas muitas vezes (ou na maioria das vezes) são descartados. Arquivar é fazer história, como afirma Michel de Certeau. Ao selecionar, acondicionar e catalogar os acervos documentais, muitas instituições, na maioria das vezes, descartam os documentos produzidos por crianças e adolescentes (CERTEAU, 2007).

As crianças e adolescentes são presentes-ausentes em muitos trabalhos produzidos sobre eles. O adultocentrismo não se encontra apenas nas ações produzidas pelo sistema de (in) justiça, nas práticas educativas ou nas diferentes formas de institucionalização. Também se materializa na produção acadêmica, quando fala sobre as crianças sem as crianças, quando trata dos adolescentes sem os adolescentes.

Contudo, há de se considerar que os historiadores e historiadoras das infâncias e juventudes também são, em certa medida, vítimas desse adultocentrismo quando recorrem aos arquivos em busca dos registros produzidos por meninos e meninas e lá se deparam com os documentos feitos por adultos falando sobre aqueles.

Contudo, posso afirmar que ao realizar a pesquisa documental nos arquivos organizados pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua ou por seus integrantes, tive, com nossa equipe, a satisfação de encontrar diferentes registros produzidos pelas mãos de crianças e adolescentes. No mesmo acervo em que foram acondicionados os balancetes e as prestações de contas,

estão arquivados os documentos elaborados pelos meninos e meninas. Livretos, jornais, comunicados, fotografias... As diferentes tipologias documentais estiveram disponíveis no decorrer da produção da pesquisa.

A salvaguarda da documentação produzida por meninas e meninos foi realizada, proporcionando à nossa equipe o encontro com uma vasta e rica documentação cunhada pelas mãos de crianças e adolescentes. Entre textos e desenhos, riscos e rabiscos, encontramos reflexões, pensamentos, posicionamentos das crianças em relação ao mundo que as norteavam.

O Movimento foi fundado em 1985. Nestes anos foram se construindo diferentes memórias sobre sua atuação, que abrangeu todas as regiões brasileiras. Do Norte ao Sul do país, meninos e meninas tiveram suas trajetórias marcadas pela presença dos educadores sociais, que ao longo da história buscaram produzir uma identidade do “educador social de rua”, colocando em tela as formas tradicionais de ensinar.

O projeto de pesquisa institucional *Crianças e Adolescentes em situação de rua e a “educação popular” no Recife* (1980 – 1990), realizado entre os anos de 2015 e 2019, contou com o apoio do Programa Brasileiro de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFRPE e com o Programa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco (Facepe). O apoio dessas instituições foi imprescindível para a produção desta investigação.

Ao longo destes anos, estudantes da graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco foram selecionados para integrar o grupo de pesquisadores de iniciação científica do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (Lahin). Desse projeto, além dos relatórios e artigos publicados em periódicos e anais de eventos nacionais e internacionais, originaram-se cinco monografias de conclusão de curso de graduação em História. Registra-se que estudantes deram continuidade às pesquisas na pós-graduação, tendo sido produzidas quatro dissertações sobre o tema (concluídas e/ou em andamento).

Importante ressaltar o apoio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Pernambuco. O acervo histórico do Movimento foi aberto para os pesquisadores, o que gerou uma aproximação institucional e afetiva entre os integrantes de ambos os grupos. Fotografias, relatos de intervenções, panfletos, livretos e outros documentos se tornaram fonte para a escrita da história de crianças e adolescentes e do próprio Movimento.

No final de sua execução, a oportunidade de coordenar o Projeto de Extensão Escola da Vida possibilitou a publicação desta coletânea, que marca a contribuição do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste a partir de sua perspectiva extensionista.

A partir do compromisso assumido com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Pernambuco, promovemos momentos de devolutivas da pesquisa. Tais devolutivas ocorrem no espaço da Universidade ou na própria sede do

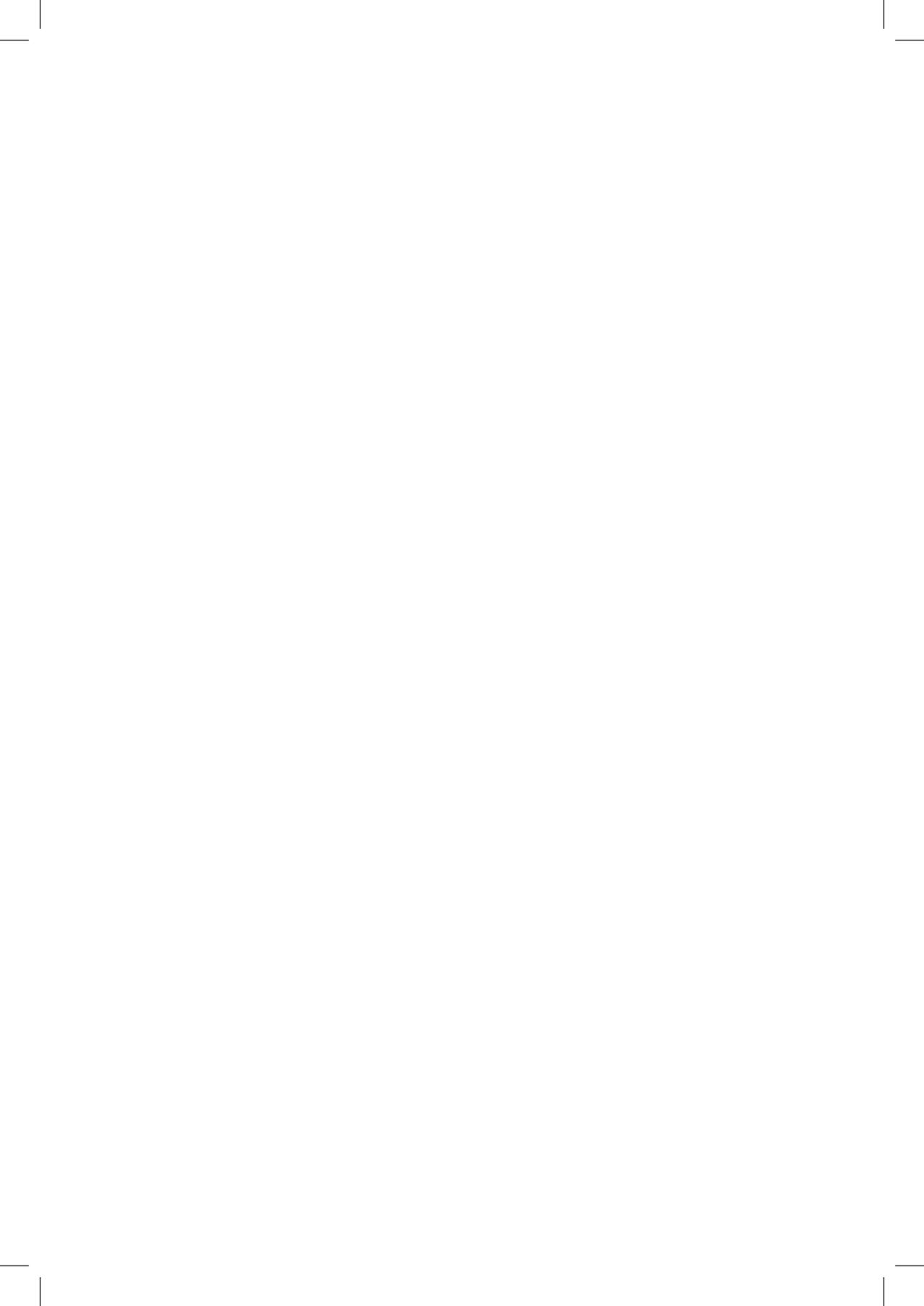
Movimento, localizada na cidade do Recife. Daí a perspectiva extensionista do nosso Laboratório que, sintonizado com a pesquisa documental, vem se comprometendo a fazer valer os desafios éticos e políticos da relação entre a universidade e os problemas sociais historicamente vivos.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.



Movimento de
Meninos e Meninas de Rua:
participação e
práticas educativas



O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante

O objetivo central deste artigo é problematizar o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) como uma organização política e social marcada pela participação cidadã das crianças e adolescentes em situação de rua. O conceito de movimentos sociais com o qual escolhemos trabalhar tem como referência as discussões empreendidas pela socióloga Maria da Glória Gohn (2011), que propõe um debate contemporâneo acerca do tema. Segundo Gohn,

movimentos sociais podem ser compreendidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2011, p. 335,336.).

Acreditamos em pensar a partir do tema movimentos sociais, que vem a ser a construção de identidades coletivas, e as questões relacionadas com os sujeitos da ação social na história. Por isso, ao afirmarmos que as identidades coletivas podem ser definidas como processos dinâmicos, que se constituem em meio a interações tipicamente socioculturais, estamos nos posicionando diante de um debate acirrado em meio à antropologia, à sociologia e à história social, tomando a posição mais coerente com nossa perspectiva pós-crítica e antiessencialista.

Acreditamos que as análises estruturalistas foram fundamentais para visibilizar a agência dos grupos sociais, classes e demais estruturas coletivas no processo histórico. Isso de fato contribuiu decisivamente para combater uma perspectiva historiográfica que valorizava os grandes heróis, com suas ações normalmente ligadas ao poder estatal e à dimensão oficial.

Não queremos, entretanto, considerar as contribuições dos pesquisadores ligados a essa tendência estrutural como definitivas. Ao contrário, seguindo as reflexões de Mattos (2012), não podemos ignorar a crise teórica que tais paradigmas conceituais vêm vivenciando diante das intensas mudanças de rumo ocorridas na historiografia a partir das décadas de 1970 e 1980. Especialmente aquelas feitas com base na crítica estabelecida aos postulados racionalistas que atingiram seu auge na modernidade.

A crise vivenciada pelas ciências humanas no pós-guerra

não pode passar ao largo de nenhuma discussão que envolva investigações sociais ligadas às mobilizações e lutas por direitos. O abandono de qualquer perspectiva teleológica é um tributo que não se pode deixar de pagar, se realmente se quiser pensar de forma adequada sobre o contexto social e político da contemporaneidade.

Dessa forma, a perspectiva que será adotada para tentar captar o processo histórico do movimento social ao qual dedicamos nossa atenção de pesquisa é aquela que se baseia na ideia de que as identidades de classe, ou de grupo, são construídas em meio a vivências culturais compartilhadas pelos sujeitos envolvidos, nas mais variadas circunstâncias, que compõem o palco de atuação dos seus interesses e demandas mais valiosas.

A identidade coletiva, a partir desse ponto de vista, não pode ser compreendida como um mero substrato determinista de encaixes econômicos dispostos antes de sua formação. A realidade compartilhada pelas identidades é muito mais complexa do que essa percepção limitada de causa e efeito que não permite um espaço para a criatividade e o imprevisto, característicos das relações sociais humanas e das buscas que os humanos empreendem para solucionar conflitos e promover alternadamente equilíbrio e desequilíbrio na sua política cotidiana de sobrevivência.

Inspiramo-nos, portanto, em Thompson (1987) e em sua tentativa de fazer uma história vista de baixo, para narrar o modo como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas

de Rua foi se organizando e se construindo enquanto sujeito histórico de mudanças importantes durante o recorte temporal que pretendemos analisar.

Parece claro que nessa dinâmica de encontros e desencontros, de interesses e aspirações, é que foi se formando a identidade do Movimento. Em meio às tensões vividas por cada identidade particular que se encontrava em ação no momento específico em que se verificou o fato. Quer como criança que vivia na rua e não se enxergava da mesma forma que os outros, privilegiados socialmente, a enxergavam; quer como adolescente que prezava pela liberdade e pelo companheirismo das praças, mas que sentia que podia ter mais e que precisava lutar por isso. Ou mesmo como educador social de rua, que militava movido pela paixão da causa em que acreditava e que ao mesmo tempo tinha que lidar com as tensões entre a repressão política típica do período da redemocratização e o compromisso de caminhar junto com as crianças.

Certamente que foi se desenvolvendo em meio a esse tecido de aspirações e visões de mundo e as identidades foram se construindo, tanto as coletivas quanto as individuais, e é proposta deste trabalho tornar visível a percepção de um ângulo desse processo, que usualmente não é encorajado pela produção de textos paradidáticos e didáticos que normalmente é realizada a partir do ponto de vista tradicional e adultocêntrico.

Assumimos, portanto, como referencial para nosso trabalho, a ideia de que os movimentos sociais são na verdade grupos de interesses compartilhados por meio da identidade coletiva.

Portanto, o que caracteriza os movimentos sociais não é somente, nem principalmente, a carência social. Esta pode muito bem existir, mas não é determinante nem decisiva. O importante para entender um movimento social, de acordo com essa perspectiva, é: como esse referido movimento consegue organizar os recursos e desenvolver ações para atingir suas reivindicações (GOHN, 2011).

Finalizamos esta seção, na qual nos dedicamos a discutir o conceito de movimento social e como ele se relaciona com a proposta de oferecer uma narrativa alternativa acerca das mobilizações políticas em defesa direitos humanos no período final da ditadura civil-militar, evocando uma discussão acerca da tensão constante que existe entre a memória e a história. Não desejando aprofundar esse debate nem separar dramaticamente essas duas perspectivas, acreditamos que é possível neste momento falar em um dever de memória que guardamos para com os fatos ligados ao processo de elaboração referente às normas da Constituição Federal de 1988, os quais se direcionavam especificamente às crianças e aos adolescentes.

Questionamentos inquietantes permanecem vivos e carecem ao menos de uma tentativa de resposta: quanto dessas normas foi fruto da ação dos movimentos sociais? E, no caso mais específico, como o MNMMR influenciou esse processo? São questionamentos que não podem ser ocultados. É dever dos que se dedicam à história e ao ensino de história estimular o contato dos estudantes com o protagonismo histórico e social de outras crianças e adolescentes que, na condição

de marginalizados pela sociedade capitalista e excludente, organizaram-se e conseguiram influir na construção de sua história e da coletividade da qual faziam parte.

Passaremos a estruturar uma análise acerca da mobilização que culminou no surgimento de uma rede de ações na direção da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes marginalizados nas quais se insere o MNMMR. Esse tema, para ser bem compreendido, precisa de uma reflexão à luz das dinâmicas e políticas públicas que foram construídas com o objetivo de atender às demandas sociais que surgiam a partir do contexto.

No Brasil, a mudança de percepção com relação à centralidade das crianças e adolescentes na luta por seus próprios direitos começa a partir da década de 1980. Santos pondera que essas rupturas se deram antes nos países europeus, que se encontravam consideravelmente mais avançados (2000). Nesse contexto de mobilizações pró-crianças, vivenciadas na Europa e nos Estados Unidos, é que podemos encaixar o movimento pró-liberdade para a criança, surgido nos EUA, na década de 1970, o qual enxergava que o tratamento dado pelas instituições conservadoras às crianças e aos adolescentes era responsável mais por perdas que por ganhos.

Inserido num ambiente mundial de rupturas e de mobilizações sociais que avançavam para garantir e consolidar direitos, o Brasil passava a viver um momento efervescente, que culminou com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1989,

pela Organização das Nações Unidas. Os pesquisadores têm qualificado esse momento, que se iniciou aqui no Brasil em 1980 e que ainda não fechou seu ciclo de instituição, como o Modo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O diferencial desse novo regime de relacionamento com as demandas sociais das crianças e adolescentes se constituía no envolvimento, e mesmo no protagonismo vivenciado por esses sujeitos, no desenvolvimento das lutas que estavam diretamente relacionadas com seus interesses. Assim, gostaríamos de ouvir as palavras do próprio Benedito Santos, um dos pioneiros dessa mobilização social, acerca de como o protagonismo das crianças era essencial para o entendimento e desenvolvimento da luta:

Não tem outra forma da criança aprender sobre os direitos dela se não exercitar estes direitos. Não existe outra maneira da criança aprender sobre os direitos se os adultos não ensinarem a elas como ter direitos. Esta é uma missão que está aqui, posta, e este modelo vai emergindo em toda a sociedade. (SANTOS, 2000, p. 3).

Não se pode compreender a história das mobilizações pelos direitos das crianças e dos adolescentes à parte da história do surgimento e da consolidação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que tem seu início caracterizado por um contexto de explosão de várias iniciativas que tomavam essas questões como foco. Um conjunto de ações desse tipo, e que pode ser relacionado diretamente como espaço de gestação para as práticas e perspectivas teóricas e críticas que viriam a se desenvolver no MNMMR foi o projeto Alternativas

Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua.

Essa iniciativa, surgida no contexto da mudança de paradigma em relação ao atendimento às crianças e aos adolescentes que viviam em diferentes experiências de abandono, e que aqui no Brasil teve início a partir da década de 1980, tinha como princípio organizativo de sua teoria o repúdio ao modo como a Funabem¹ e a Febem lidavam com as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de marginalização.

Inicialmente, o período que se estende de 1981 até 1985 pode ser visto como aquele de maior influência do grupo conhecido como Alternativas. Esse momento foi decisivo na estruturação do tipo de luta que viria a ser desenvolvida pelo MNMMR, uma vez que, segundo Santos (2000), a maioria dos quadros de militantes que compunham o setor de educadores sociais do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua era originário das fileiras de tal movimento, antecessor ideológico do MNMMR.

¹Funabem/Febem: A Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) e as Fundações Estaduais para o Bem-estar do Menor (Febem) foram criadas em 1964 em plena ditadura civil-militar. A Funabem era um organismo federal, de caráter diretivo, que traçava as políticas públicas com relação ao bem-estar dos menores. As Febems eram órgãos locais e executores de tais medidas. Ver: MIRANDA, Humberto da Silva. A Febem e a assistência social em Pernambuco no contexto da ditadura. USP – Ano VI, n. 10, p. 159-176, 2015.

Acompanhando a fala de Benedito Santos durante sua aula inaugural, e aproveitando para seguir sua descrição dos primeiros anos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ressaltamos o destaque dado por ele ao fato de que, no início da estruturação do Movimento, o trabalho, que já existia em focos espalhados pelo país – principalmente nas áreas urbanas, que naquele período não tinham como ignorar o problema em questão –, passou a ser objeto de uma tentativa de articulação. Essa articulação foi caracterizada pela busca de localização de experiências que fossem potencialmente inovadoras no trato com as crianças e adolescentes “marginalizados pela sociedade”.

Esse processo se deu mediante a organização de seminários e eventos que surgiam com a pretensão de mobilizar, organizar e estabelecer um diálogo capaz de ampliar o campo de reconhecimento e de percepção dos movimentos envolvidos com as questões relacionadas aos meninos e meninas de rua. A clara intenção de tais mobilizações era estabelecer uma rede nacional de conexões que envolvessem a maior quantidade de agentes de transformação social possível para potencializar ainda mais a luta.

Assim, segundo Pereira (2011), pode-se afirmar que o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua surge de um processo de organização da sociedade civil em prol dos direitos humanos entre os anos de 1970 e 1980. Segundo esse pesquisador, a institucionalização do MNMMR se deu em Brasília, como uma organização não governamental que tinha como objetivo articular, em nível nacional, as lutas pelos direitos

das crianças e dos adolescentes em situação de rua, assim como servir de mobilizador para que elas próprias pudessem lutar por melhores condições de vida.

Tomando como referência o trabalho de Silva (2006), que na sua dissertação de mestrado abordou a historicização do surgimento e desenvolvimento do MNMMR, passamos a intercalar a produção de conhecimento feita por esse pesquisador e pela fala de Benedito Santos. Este, além de um importante estudioso das questões relacionadas com o tema, também possui uma memória a respeito do Movimento, já que, sendo de Goiás, foi um dos que se mobilizaram primeiro para fundá-lo, junto com as crianças e adolescentes, em 1985.

Dentro desse contexto em que se pretende empreender uma análise acerca do surgimento do MNMMR, considerou-se, com base no trabalho de Silva (2006), que não podemos dissociar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua dos movimentos sociais vivenciados dentro dos grupos e comunidades da Igreja Católica, principalmente aos movimentos católicos ligados a associações de bairros, de catequese popular e grupos jovens, os quais se constituíam em espaços privilegiados para a mobilização popular com viés progressista e de esquerda, especialmente numa época de repressão política como as décadas de 1970 e 1980. A proximidade e o envolvimento, aparentemente, davam um ar de respeitabilidade cristã àqueles que pretendiam, além da fé, exercer a militância política e social.

Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento de micropolítica, que acontecia na periferia, tornou-se um canal viável para a expressão da luta contra a ditadura, uma vez que a política institucional (partidária) encontrava-se oprimida pelo aparelho legal e policial da repressão. Percebemos que um dos grupos que contribuíram com a criação do MNMMR foi o Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão Aldeia Juvenil (Cepa), fundado em 1983, e que se tornou mais conhecido no ambiente social de Goiás como a “Aldeia Juvenil”, da Universidade Católica de Goiás - UCG (SILVA, 2006).

O MNMMR formou-se em meio ao movimento de lutas políticas pela redemocratização do país, processo esse que, segundo Reis (2014), teve início já no governo do presidente general Ernesto Geisel e se consolidou com a posse, em 1979, do seu sucessor e aliado, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), o general João Batista de Oliveira Figueiredo. O clima da época, bem ilustrativo do espírito de mobilização de luta por direitos, era corretamente representado pelo envolvimento de grande parte da sociedade civil no movimento em apoio à Emenda Dante de Oliveira, conhecido como Campanha pelas Diretas Já.

Seguindo essas análises, podemos entender que o MNMMR foi fruto de uma mobilização de variado espectro de profissionais que, atuando em diversas áreas, davam ao Movimento um inovador aspecto de multidisciplinaridade, envolvendo especialistas como: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, grupos da Igreja Católica e políticos sensíveis às questões sociais e comprometidos com as causas populares. Por isso é

importante destacar, no contexto do seu surgimento, como o MNMMR tinha uma característica extremamente inovadora e avançada, se devidamente enquadrado no momento histórico. Foi com o MNMMR que se inaugurou no Brasil um novo paradigma e uma nova metodologia de trabalho para o atendimento aos meninos e meninas de rua.

Parte decisiva da estruturação teórica do Movimento se deveu à indissolúvel reciprocidade entre o MNMMR e a Educação Social de Rua (ESR). Tomando como base o trabalho do médico e educador social Walter Ferreira de Oliveira (2004), podemos compreender a Educação Social de Rua como uma perspectiva pedagógica que foi assumida e compartilhada pelas pessoas que se envolveram na luta pelos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Tal perspectiva é fundamental, pois nela é que está a centralidade da ação proposta: os educadores sociais são sujeitos que, remunerados ou não, procuram estabelecer um vínculo com a criança e com o adolescente “na rua”. Destacando que a prática da ESR não se dá, a princípio, no espaço de uma escola, de um laboratório ou de uma universidade, a ênfase que atribuímos ao “na rua” é para sublinhar que a novidade trazida pelo MNMMR, apoiado teoricamente na Educação Social de Rua, era justamente o fato da não institucionalização do atendimento às crianças e aos adolescentes. Esse modo de operar fugia da lógica do encarceramento, característica de períodos anteriores, marcado pela ideia de periculosidade dos meninos e meninas que, marginalizados pelo sistema capitalista, buscavam viver de outras formas.

Os educadores sociais de rua são aqueles que, a partir de uma relação de diálogo estabelecida com as comunidades de crianças e adolescentes, no espaço de convivência da rua, procuram refletir junto com eles a proposta de construção e concretização de um “projeto de vida”, permitindo a esses sujeitos vislumbrar uma ampliação das possibilidades de realização de seus anseios para além daquelas que a rua é capaz de oferecer.

Educação Social de Rua, MNMMR e outros movimentos e perspectivas pedagógicas tiveram, nesse contexto histórico, um envolvimento direto graças à simbiose vivida entre seus participantes e suas ideias, o que estimulou a elaboração de práticas materializadas pelo MNMMR. Essas ações se destacavam, pela originalidade e pelo pioneirismo, como práticas de atendimento inéditas, tomando como foco a rua, o estímulo ao desenvolvimento descentralizado de programas locais, que se encontravam mais habilitados a compreender as especificidades das necessidades de cada grupo de meninos e meninas em relação às comunidades nas quais viviam.

Os profissionais que compunham os quadros desses movimentos, ligados à ideia de educar crianças e adolescentes nas ruas, e que depois se estruturaram de forma mais sistemática no MNMMR, tinham como elementos de sua formação intelectual e cultural o fato de normalmente pertencerem à área de ciências humanas, especialmente sociólogos, antropólogos. Eram ativamente militantes de movimentos sociais, especialmente os ligados à Igreja Católica, além de educadores e profissionais da área de saúde.

Voltando ao acompanhamento da estruturação do MNMMR, a partir da identificação do primeiro nome dado a ele, que antes da oficialização era conhecido como Projeto de Alternativa Comunitária, após um breve período carregando essa denominação, especialmente depois do I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, ocorrido em Brasília em 1986, passa a reconhecidamente se denominar Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). O marco histórico, tido como um dos referenciais da consolidação identitária desse movimento, foi a publicação da Carta dos Meninos de Belém. A respeito da importância dessa publicação como um documento referencial para a constituição do Movimento, podemos afirmar que foi crucial.

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, possuía um importante e inovador núcleo responsável por trabalhar de forma alternativa com as crianças e com os adolescentes que se encontravam vivenciando uma situação de rua. Foi desse núcleo, e o que é mais significativo, foi da vontade organizada dos meninos e meninas, que nasceu a ideia de escrever uma carta convocando os outros núcleos organizados de meninos e meninas para um grande encontro na cidade de Brasília.

A proposta era ouvir dos próprios interessados como eles encaravam a situação política, social, econômica e de perspectiva de futuro na qual se encontravam inseridos. O encontro repercutiu significativamente. Mais de quatrocentas crianças e adolescentes, organizados e na luta, mostraram não só capacidade de sistematização e mobilização, mas

principalmente força e coragem para enfrentar as dificuldades com que conviviam.

As discussões foram polêmicas. Pela primeira vez na história do Brasil, centenas de pessoas historicamente excluídas, que nunca tiveram direito sequer a existirem livremente no espaço por onde circulavam, estavam reunidas no coração da República. Alçando sua voz, disseram o que pensavam sobre temas muito sérios e por muitos considerados como proibidos: falaram da violência que sofriam, de como seus direitos eram desrespeitados, e principalmente estavam livres e empoderados para dar a sua versão sobre os fatos que os envolviam diretamente.

Esse período que tentamos acompanhar, caracterizado pelo dinamismo da instauração das práticas de atendimento às crianças e aos adolescentes, em especial àquelas e àqueles em situação de vulnerabilidade social, e da sua organização em movimentos como os que relatamos acima, foi um período no qual a visibilidade da violência praticada contra os meninos e meninas de rua (que se constituía numa prática muito antiga e que emergia desde o período colonial), atingiu seu auge.

A violência à qual nos referimos pode ser qualificada em duas dimensões: a primeira era a violência institucional dos setores públicos que deveriam dedicar seus melhores esforços ao pleno atendimento e reconhecimento dos meninos e meninas excluídos pela sociedade capitalista. Entretanto, submetia-os

a um programa de institucionalização repressor, baseado na punição, na negação do seu protagonismo e na sujeição a um moralismo vazio e inadequado.

A segunda dimensão se refere à violência praticada contra meninos e meninas de rua, o que até então era imperceptível para os meios de comunicação e para os setores mais bem estruturados da sociedade em termos financeiros. Essa violência só se tornou muito mais significativa quando, com o movimento em erupção, ganhou as manchetes dos grandes jornais e da televisão.

O caso mais marcante ocorreu anos depois da fundação do Movimento, que já tinha se consolidado inclusive como importante força de mobilização na Constituição de 1988 e na elaboração e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de ter ocorrido em 1993, o “massacre, ou chacina da Candelária” pode ser considerado como o mais emblemático caso, expressando justamente esse processo de transposição da violência contra as crianças e adolescentes de rua, das sombras e do silêncio para a voz da grande mídia. Tal movimento, embora importante, configura-se de modo seletivo, uma vez que os casos de violência normalmente são explorados a partir de um ponto de vista sensacionalista e desvinculado de uma análise profunda das causas sociais e políticas.

Na ocasião, foram mortos oito jovens nas proximidades da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Seis das vítimas eram

menores de 18 anos, outros dois eram jovens de dezoito e dezenove anos, respectivamente. O local do crime era um conhecido ponto de descanso para moradores de rua e sem-tetos, incluindo nesse grupo crianças e adolescentes. Após uma série de investigações, identificaram-se os culpados como sendo um grupo de policiais militares, provavelmente a serviço de comerciantes das redondezas, interessados em “limpar” a vizinhança do perigo que para eles representavam essas pessoas que tinham na rua a sua forma de socialização.

Desde o início da década de 1980, o MNMMR fazia parte de uma rede articulada nacionalmente que lutava contra a violência praticada contra os meninos e as meninas. Mas, como podemos ver, pela continuação da violência praticada nos grandes centros urbanos, a promulgação das leis, apesar de ser importante, não impediu que em 1993 os casos de violência contra crianças e adolescentes continuassem tão constantes e dramáticos. Tamanhos absurdos muitas vezes chegavam ao ponto de ganhar cobertura dos meios de comunicação, que naquela época ainda não tinham tomado um rumo diferente com relação a essas questões sociais diretamente ligadas à infância e à adolescência.

Continuando com a sequência analítica da história do MNMMR, chegamos à percepção de que o I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em 1986, na cidade de Brasília, nas palavras do Padre Bruno Sechi, um dos pioneiros e articuladores do Movimento, foi:

Mais do que um evento bonito, foi um encontro que marcou a história de meninos e meninas de todo o Brasil. Os meninos pela primeira vez marcaram presença na conquista de sua cidadania. O Brasil todo despertou para a importância de ouvir os meninos e as meninas porque eles têm muito a dizer, descobriu que eles existem e que eles querem ocupar um espaço digno na sociedade. (MNMMR, 1986, p.3).

Tentando dimensionar a importância desse encontro a partir das palavras do Padre Bruno, chegamos ao início de uma percepção que esperamos poder aprofundar e intensificar por meio do nosso trabalho de intervenção didática. A expectativa é compartilhar com companheiros do ensino de História uma narrativa que incorpore alguns episódios da constituição desse movimento e de como ele, através da força simbólica dos meninos e meninas, foi sujeito das mudanças na lei e nas práticas sociais.

Outro marco fundamental na construção identitária do MNMMR foi a vivência da Campanha Criança Constituinte. Sem dúvida, um dos pontos altos da narrativa que envolve a construção do MNMMR na luta pelos direitos fundamentais da criança e dos adolescentes foi sua participação como movimento social organizado nos embates civis pela inclusão desses direitos na Constituição Federal de 1988 e pela posterior regulamentação dessa norma constitucional através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, observando a fala de Santos (2000), um dos intelectuais mais ativos nesse processo de luta e consolidação de direitos, conseguimos captar como os movimentos históricos são dinâmicos e como as lutas entre

perspectivas diferentes se dão dentro dos próprios grupos.

O autor relata que entre 1985 e 1988 houve um acirrado debate interno no MNMMR. De acordo com suas ponderações, muitos educadores se questionavam e expunham tal questionamento no âmbito coletivo. A essência de suas indagações era se o Movimento deveria participar de uma mobilização para influenciar na elaboração da Constituição Federal de 1988.

Tal ponto de vista vinha do desencanto de muitos militantes com os limites que a democracia liberal, inserida na estrutura do sistema capitalista, impunha ao processo da elaboração das leis, tais como a importância que o poder econômico tinha (e ainda tem) nos processos eleitorais. Talvez se perguntassem, os militantes, se seria possível, dentro de uma realidade tão comprometida com a preservação da ordem capitalista, tipicamente invisibilizadora das crianças e dos adolescentes em geral, e dos excluídos com mais intensidade, vir alguma coisa que fosse realmente boa para os grupos oprimidos. Não seria melhor concentrar esforços na luta diária contra as condições degradantes e a que eram submetidos os meninos e meninas? Não seria melhor estar com eles nas ruas educando e sendo por eles educados ao invés de perder tempo em gabinetes?

Apesar de justificável, tal perspectiva foi derrotada ao final do debate interno. Segundo Santos (2000), venceu a ideia de que era preciso positivar nas leis os direitos das crianças e dos adolescentes. Isso se deu porque o ponto de vista dos assessores jurídicos era de que para poder ser exigida como um direito,

seria preciso que essa demanda estivesse consolidada na legislação. Podemos perceber que esse momento de disputa interna foi na verdade um momento de intensificação da prática democrática no qual os militantes do Movimento e as próprias crianças puderam aprender mais sobre a feitura da democracia, apesar de todas as contradições que ela vivencia quando inserida no sistema capitalista e na estrutura liberal de poder.

Silva (2006), em seu trabalho sobre o viés étnico dos meninos e meninas de rua, faz uma exploração historiográfica desse período e também cita o momento decisivo que foi a vivência da campanha Criança Constituinte. Em suas palavras:

Era uma época de amplos debates nacionais, de muito lobby de vários atores sociais e políticos, de enorme pluralidade em termos de movimentos populares, sociais e/ou políticos, que culminou na confecção e aprovação da Constituição de 1988, denominada pelo principal líder constituinte, Ulisses de Guimarães, de Constituição Cidadã. (SILVA, 2006, p. 46).

Entretanto, o ponto alto, em termos de conquista significativa do MNMMR como legado para a sociedade brasileira e marco histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes, foi ter contribuído com as mobilizações para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual se constitui num instrumento legal, que regula os dispositivos constitucionais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Essa mobilização se consolidou especialmente já em 1987 e 1988, quando o Movimento passa a atuar exercendo pressão

diretamente na Constituinte pela aprovação de emendas originárias da vontade popular, com expressiva participação das próprias crianças e adolescentes que compunham o grupo, o qual periodicamente se reunia para discutir a regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Muitas dessas crianças e adolescentes já vinham de um processo anterior de envolvimento e militância por seus direitos. Segundo Santos, o grupo de trabalho chegou a fazer cinco versões do documento que continha a proposta de regulação do texto constitucional dos direitos das crianças e dos adolescentes (2000).

Entretanto, sua ênfase vai para o modo como se deu esse processo de debate e escrita que, segundo ele, foi muito bonito, especialmente pelo envolvimento das próprias crianças no desenvolvimento de todo o Movimento. A descrição que um dos pioneiros faz sobre como na prática se dava a participação das crianças e adolescentes na elaboração do texto do Estatuto revela que o tom coloquial da participação escondia uma complexa pedagogia, calcada nos moldes da Educação Social de Rua, a qual não enxergava as crianças como meros instrumentos receptivos ao conhecimento, tampouco como corpos indóceis que urgiam serem disciplinados ao sabor do poder dominante.

A força do MNMMR só pode ser avaliada quando relacionada com a novidade que foi o protagonismo das crianças e adolescentes na sua própria luta, protagonismo esse que fica patente na fala das pessoas que se envolveram com a dinâmica de luta pelos direitos humanos fundamentais.

A participação das crianças e adolescentes na elaboração do seu próprio estatuto, tal como apreendemos a partir da narrativa feita por Benedito Santos (2000), foi um espelho da estratégia educativa do Movimento, uma linguagem direta e comunicativa, respeitosa, mas nunca subestimadora da capacidade das crianças de ler o mundo à sua volta. “Como é que você quer que seja a escola?”, “Como é que você quer que seja a família?”, são perguntas que parecem simples, mas são extremamente intensas, porque representam adultos que se dispõem a ouvir as crianças e os adolescentes. Não se trata de dar-lhes voz, pois vozes sempre existiram – e, de fato, vozes incrivelmente belas e carregadas de simbologia –, mas sim de silenciar a balbúrdia adultocêntrica para deixar quem tinha interesse direto no assunto falar, ser e se sentir sujeito da própria história.

A ocupação do plenário da Câmara Federal, em 1989, pelas crianças e adolescentes participantes do Movimento para pressionar e conseguir a aprovação do Estatuto (PEREIRA, 2011), foi apenas a coroação final de todo esse processo. Em meio à dinâmica tensa e muitas vezes pouco ética das mobilizações entre os deputados constituintes, o MNMMR se articulava, exercia seu poder de pressão. Alguns parlamentares, que desde o primeiro momento se mostraram sensíveis aos temas relacionados à questão das infâncias, foram importantes para articular a proposição, a defesa das medidas que favorecessem as crianças e os adolescentes. Entre eles, podemos citar o senador Ronan Tito (PMDB) e os deputados federais Nelson Aguiar (PMDB) e Benedita da Silva (PT).

Abaixo, reproduzimos uma citação da fala de Santos (2000) narrando sua própria experiência quando do dia em que a Câmara Federal aprovou por unanimidade o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Falando deste lobby para aprovar o E.C.A., um dos lobbies mais bonitos que eu presenciei e eu até ajudei. Eu era coordenador nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, e ajudei a montar esta proposta. Era o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com 850 crianças aqui do país. Havia certo consentimento do Congresso Nacional sobre a entrada das crianças no Congresso, mas no processo de descida, na caminhada nossa do estádio aqui em Brasília, do Ginásio Nilson Nelson para o Congresso Nacional, uma marcha pelos direitos das próprias crianças, a presidência da Câmara decidiu cancelar o evento. A ideia era que os meninos entrassem no Congresso, ocupassem as cadeiras dos deputados e votassem a lei, o próprio Estatuto.

Mas quando eles refluíram da proposta, nós firmamos, e entramos com as crianças e adolescentes no plenário da Câmara. As crianças sentaram nas cadeiras dos deputados, sentaram na presidência da mesa, abriram a sessão, fizeram discursos a favor e disseram simbolicamente à nação: “Nós estamos votando a nossa lei, agora faltam vocês, deputados, cumprirem o papel de vocês”. Então este momento de mobilização das crianças foi muito bonito e teve repercussão muito grande. O Estatuto foi aprovado em 1990, por unanimidade, não teve um voto contrário, e a partir daí, a partir de 1990, nós iniciamos uma nova fase desse processo aqui no país, que é: “a lei está aí, agora falta implementar, falta cumprir”. E a sociedade, que se mobilizou para aprovar o Estatuto, tem sido sábia em também lutar pela sua implementação. (SANTOS, 2000, p. 7, 8).

A citação é longa, de certo, mas vale a pena. É a fala alicerçada

na memória de um dos articuladores do Movimento, ao lado das crianças e dos adolescentes. Uma fala simples, direta, mas emocionada, fruto da sensibilidade de quem percebeu que a história estava sendo feita ali, ao menos a parte da história que toca aqueles que temos interesse em narrar: “os meninos e as meninas de rua do Brasil”, todos e todas que carregam no corpo, na pele, na memória, na presença das limitações, as ausências causadas pela escassez de direitos.

Foi um momento com todas as características dramáticas suficientes para se eternizar na historiografia: a tensão causada pela proibição da entrada das crianças e adolescentes no plenário da Câmara; e a suspensão do evento que acreditavam os poderosos seria suficiente para barrar o ímpeto dos lutadores pelos direitos fundamentais.

A decisão coletiva de não retroceder, de não baixar a cabeça, mas sim prosseguir e encher as cadeiras da Câmara com crianças e adolescentes, a cena é tão simbólica que quase conseguimos ouvir as vozes das crianças em meio ao alarido da festa e, ao fundo, após um minuto de silêncio, uma voz aguda, mas firme, se impõe e diz: “Nós estamos votando nossa lei, agora faltam vocês, deputados, cumprirem o papel de vocês”.

Ao travarmos contato com essas narrativas, que compõem o quadro bem mais amplo de um processo histórico dinâmico e relacionado com o protagonismo dos movimentos sociais, somos levados a refletir especificamente sobre o modo como a historiografia trata esse período da história do Brasil, o qual

se enquadra no processo de transição da ditadura civil-militar para o estado democrático de direito (1970-1990).

Cientes de que a historiografia e a narrativa histórico-escolar praticamente inviabilizam a participação cidadã das crianças e adolescentes, esperamos que este nosso esforço de pesquisa consiga oferecer um outro ponto de vista, mais próximo das ruas e dos meninos e meninas que a partir delas construíram a própria história.

Fontes documentais

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Cartilha do I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Brasília, 1986.

_____. Carta de Meninos e Meninas de Belém. Comissão dos Garotos. Belém: 1986.

Referências

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. 16 n. 47 mai-ago. 2011.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (or.). Novos Domínios da

História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MIRANDA, Humberto da Silva. A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da ditadura. *Angelus Novus*. USP – Ano VI, n. 10, p. 159-176, 2015.

PEREIRA, Antonio. A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua. *Educação em Revista*, Marília, v.12, n.2, p. 125-144, Jul. Dez., 2011.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos Santos. Aula inaugural. *Visão Histórica da Infância, ECA na Escola*, Instituto Promenino, São Paulo, 2000.

SILVA, Neves Luiz da. Meninos e Meninas de Rua, por que eles não têm raça? Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2006.

THOMPSON, E. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA E A PERSPECTIVA DA “EDUCAÇÃO POPULAR”

Maria Cristina Tavares

Considerando que no período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990 houve um maior fomento dos movimentos sociais relacionados à causa dos meninos e meninas em situação de rua, e que este mesmo período antecede a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscamos, como objetivo deste trabalho, problematizar a perspectiva educativa do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no período aludido, na cidade de Recife, refletindo sobre a construção das práticas educativas no contexto da chamada “Educação Social de Rua”.

Pesquisar a história da educação, no contexto da Educação Popular e de práticas educativas de um movimento social que buscou evidenciar os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, descortina as transformações políticas e sociais constituídas pelo Estado brasileiro. Faz-se necessário, para entender tais razões, construir um recorte de estudo sobre o ano de 1979, escolhido pelo Unicef e pela ONU como o primeiro Ano Internacional da Criança.

Esta investigação, de caráter qualitativo, visando a historicizar

a memória dos meninos e meninas na cidade do Recife, por ser uma das capitais brasileiras marcadas por significativas lutas motivadas pela dicotomia política e social, metodologicamente teve abordagens documentais e relatos orais. Nesse sentido, Matos e Sena (2011) afirmam que as fontes orais revelam as intenções, crenças, imaginários e pensamentos referentes às experiências vividas. Vê-se, assim, a importância dos relatos orais, visto que o trabalho perpassa a participação ativa de pessoas que perceberam na educação e sua práxis a fonte transformadora no sentido social e humano.

Nessa perspectiva, Paulo Freire propõe que “entreguemo-nos a um trabalho paciente de mobilização e organização populares que não se faz à base de discursos veementes, mas de uma prática profunda, que se entrega docilmente a uma reflexão crítica diária sobre ela” (apud. GADOTTI, 1989, p. 94). Partindo desse pressuposto, percebe-se a relevância da atuação de movimentos sociais no campo dos direitos humanos, destacando-se, no que se refere à promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

OMNMMR, por meio das constantes mobilizações, deixou claro o interesse na defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, tendo entre esses direitos, a educação. Partindo da concepção freireana, surge dentro dos movimentos sociais práticas educativas de cunho transformador no sentido social e humano de autonomia dos sujeitos, de igualdade de direitos e como agente conscientizador para a reivindicação de novos direitos. Maria da Glória Gohn (2010) levanta uma reflexão

sobre a realidade de práticas educativas em contexto não escolar, destacando a importância do trabalho do educador social, que atua como mediador do conhecimento, tendo suas práticas educativas metodologicamente sistematizadas no meio social onde se inserem os educandos.

As práticas educativas do MNMMR, norteadas pela Educação Popular, fundamentam-se nos princípios da pedagogia social de rua, a qual baseia-se na formação integral da pessoa, fomentando uma transformação da realidade dentro do contexto social em que estão inseridos, favorecendo uma coerência entre teoria e prática. Especificamente, no caso de meninos e meninas que viviam em situação de rua na capital pernambucana, nos anos de 1980 a 1990.

Partindo dessa perspectiva, é notório o empenho do MNMMR na articulação de uma proposta inovadora de educação. Gracianni (2009, p.48-49) afirma que:

Os princípios contidos na concepção de Paulo Freire e de outros latino-americanos [...] se situam nas condições [...] de uma educação como prática de liberdade e como precondição da vida democrática, pela relação dialógica, critério e parâmetro do descobrimento da razão de ser das coisas, e de um planejamento comunitário e participativo[...].

Essa concepção, baseada na visão freireana, pauta-se no desenvolvimento humano na sua forma mais profunda e completa, implicando assim uma transformação da realidade do sistema capitalista que permeia toda a história política e social desde a sua gênese.

O ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação. Para o educando conhecer o que antes não conhecia, deve engajar-se num autêntico processo de abstração por meio do qual reflete sobre a totalidade “ação-objeto” [...] sobre formas de “orientação no mundo”. Este processo de abstração se dá na medida em que lhe apresentam situações representativas da maneira como o educando “se orienta no mundo” - momentos de sua cotidianeidade – se sente desafiado a analisá-las criticamente. (FREIRE, 2015, p.80).

Assim compreendemos, na visão de Freire, a educação ou o “ato de conhecer” numa perspectiva dialógica que se estende à ação reflexão entre educador, educando e pronúncia de mundo. O processo de conhecimento, nesse sentido, é de reflexão crítica de forma mútua, educador e educando simultaneamente em constante movimento de suas relações com o mundo.

Nas ruas... a educação em movimento...

As ações educacionais e sociais de projetos fortalecidos pelo MNMMR estão engajadas numa luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente visando uma concepção de seres humanos e de mundo. Esse princípio é disseminado para várias instituições do país, a exemplo do Projeto Axé, implementado na cidade de Salvador, na década de 1990. Pereira, em seu escrito *A educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: A contribuição do Projeto Axé na produção da Pedagogia Social de Rua*, apresenta uma análise da relevante atuação do MNMMR no contexto educacional de criança em situação de rua, bem como a contribuição do Projeto Axé na construção do

fazer sociopedagógico, legitimando assim a Pedagogia Social de Rua, esta a principal fomentadora da ressocialização da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social.

O Projeto Axé corporifica, respaldado pelo MNMMR, uma ação socioeducativa pautada na conquista de cidadania de meninos e meninas em situação de rua. “É nesse projeto que acontece a chamada paquera e namoro pedagógico, enquanto o aconchego fica a cargo das unidades em acolher essa população.” (PEREIRA, 2011, p.135).

A etapa da chamada paquera acontece quando os educadores vão às ruas para perceber como os grupos de meninos e meninas em situação de rua convivem naquele espaço, e como a polícia, comerciantes e outras pessoas convivem com eles. O namoro é o momento de intervenção, quando o educador aborda as crianças e inicia um processo de conquista, de maneira que elas se sintam protegidas e possam aceitar a permanência naquele espaço e as práticas pedagógicas, objetivando uma ressocialização do grupo. A etapa do aconchego é a institucionalização, quando, diferentemente da internação, os meninos(as) recebem atendimento pedagógico e social de profissionais das instituições, ampliando assim suas oportunidades de ressocialização. De acordo com Pereira:

Esse modelo de educação social [...] está respaldado epistemologicamente na pedagogia social crítica, [...] tem como princípios a práxis, [...] parte da realidade vivida dos indivíduos e grupos, para construir com eles uma ação educativa coletiva e libertadora. (PEREIRA, 2011, p.138).

A partir das suas vivências como educadora social de rua, Gracianni (2009) promove reflexões acerca de uma pedagogia social com práticas que busquem alternativas para atender as necessidades dos meninos(as) em situação de rua, cuja condição sofre visível dicotomia histórica presente na sociedade brasileira. Assim, “[...]pode-se deduzir que a problemática de meninos(a) de rua tem a sua gênese na estrutura social e nos mecanismos do sistema sociopolítico do Brasil.” (2009, p.94).

Dessa forma, é de fundamental importância estarmos atentos às mudanças e às permanências, individuais e coletivas e o lugar social e político que marcaram a negação de direitos de meninos e meninas. Nesse sentido, o papel do MNMMR foi decisivo na constituição de direitos de meninos e meninas, direitos esses legitimados, de fato, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

No Recife, podemos destacar as ações pedagógicas do MNMMR fortalecidas pelo campo cultural por meio do teatro popular, do maracatu, da capoeira e de diversas outras expressões da cultura popular potencializadoras das relações de sociabilidade, de resistência e de construção de identidades. Daí o indiscutível papel da cultura no processo de libertação das classes oprimidas, segundo Freire (2015).

E, referindo-nos ao Recife, enfatizamos a importância do Projeto Ruas e Praças, que surgiu no ano de 1987, motivado pelo desejo de acolhimento, e comprometeu-se com práticas educativas direcionadas aos meninos e às meninas que

viviam trabalhando nos principais sinais de Recife, capital pernambucana. Crianças essas oriundas de famílias pobres e muitas delas migrantes da seca, outras das enchentes, todas vítimas do descaso político e social.

Memórias do Movimento: narrativas de experiências vivenciadas

Corroborando com nossa reflexão, relatos de memoriais publicados na ocasião dos 17 anos de experiência do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife relatam as vivências dos educadores sociais do MNMMR. Esses relatos contribuem no sentido de se conhecer histórias não registradas na documentação institucional, uma vez que esses agentes narram as experiências vividas a partir de suas lembranças e esquecimentos. Desse modo, Matos e Senna (2011) ressaltam que a pesquisa feita através de documentos variados (não apenas os escritos), contribui de forma significativa para a problematização da memória.

Helena Janssen, educadora social e liderança reconhecida nacionalmente, nos fala sobre o fazer pedagógico do MNMMR, pautado em uma pedagogia construtora de sujeito de direitos, na qual meninos e meninas tiveram uma relação educativa marcada pela escuta. Tonho das Olindas, que passou por situação de rua nos anos de 1980 a 1990, hoje coordenador do Projeto Ruas e Praças, evidenciou no seu relato a importância de uma educação pautada no diálogo e na promoção da

cidadania a crianças e adolescentes em situação de rua e em vulnerabilidade de direitos. Uma educação que busque emancipação para essas crianças e adolescentes que tinham as ruas e as praças como local de sociabilidade, disputas de espaço e onde eram estabelecidas suas regras².

Sobre esse aspecto, “O território pode ser considerado como sinônimo de apropriação[...] é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai desembocar toda uma série de comportamentos, de investimentos[..]”. (GRACIANNI, 2009, p.115).

Nessa compreensão, meninos e meninas se apropriavam das ruas e praças da cidade do Recife buscando sobrevivência e construindo diferentes formas de convivência social. Na verdade, “[..]violentados, não se acham “fora de”. Encontram-se dentro da realidade social” (FREIRE, 2015, p.75). É nessa perspectiva de perceber a realidade dos agentes político, social e economicamente marginalizados e excluídos que o MNMMR e diversos militantes articularam ações educativas comprometidas com a reflexão sobre ser e estar no mundo.

Considerações finais

Podemos observar, através dos aspectos levantados, a relevância

² As entrevistas se encontram salvaguardadas no Laboratório de História das Infâncias do Nordeste, localizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

dos movimentos sociais à luz das transformações políticas e sociais ao longo da história, destacando, nesse contexto, o MNMMR por ser o percussor da visão inovadora de tornar a criança e o adolescente cidadãos de direitos.

Dessa forma, percebe-se que as práticas educativas instituídas para atender as necessidades dos meninos(as) em situação de rua necessitam de ações coletivas que envolvam o poder público e a sociedade civil a fim de desenvolver as potencialidades nos aspectos cognitivos, emocionais, sociais e identitários inerentes à vida em sociedade de todo ser humano.

Assim, a educação popular, fundamentada na perspectiva freireana, contribui para a emancipação do sujeito e conscientização da sociedade no que diz respeito ao seu desenvolvimento político-social. Faz-se entender, nesse sentido, o momento da história como possibilidade de ressignificação, enxergando os limites, mas com um olhar que vislumbre uma educação que valorize o singular, o indivíduo, como agentes construtores e transformadores da sua história.

Verificou-se, ainda neste trabalho, que de acordo com as grandes mudanças ocorridas no cenário brasileiro relativas à instituição dos direitos da criança e do adolescente, podemos refletir que educadores comprometidos com uma prática educativa que possibilite humanização e cidadania às crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social percebem na educação popular elementos norteadores para uma ação transformadora e libertadora enquanto concepção

de mundo. Portanto, com base na realidade dos agentes sociais excluídos e estigmatizados pela desigualdade social, resultado de ideologias capitalistas presentes historicamente, sobressalta a relevância de intervenções sociais dessa envergadura.

Fontes documentais

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Estatuto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Data não disponível.

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Centro de Formação Básica de Educadores. 2003

Referências

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. Que fazer: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GRACIANI, M.S.S. Pedagogia social de rua. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

GOHN, M.G. Educação não formal e o educador social. São Paulo: Cortez, 2010

PEREIRA, A. A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/2491/2028>. Acesso em: 06 de 2019.

MATOS, J.S.; SENNA, A.K. de. História oral como fonte: problemas e métodos. História, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.



O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA: PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR

Raul Alves da Silva

No final da década de 1970 e início da década de 1980, os movimentos populares ocuparam as ruas, praças e outros espaços públicos das capitais do Brasil em busca de mudanças na política nacional, inclusive com a realização de comícios, os quais contaram com a participação de lideranças da sociedade civil, artistas e militantes de diversos segmentos da sociedade. Tais mobilizações tinham como intuito pressionar tanto os políticos de oposição quanto de situação em prol de eleições diretas para presidente do Brasil. Conforme afirma o historiador Pablo Porfírio:

Mobilização de milhares de pessoas em quase todo o país, envolvendo artistas, cantores e mesmo atletas, que chegavam a comandar alguns comícios, pressionou políticos da situação e da oposição a reavaliarem algumas posturas. No final de 1983, 12 governadores situacionistas haviam aderido à ideia de uma eleição direta para presidente em 1985. No PMDB, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves decidiram adiar o debate sobre a posição do partido no processo de redemocratização. (PORFÍRIO, 2013 p. 228).

A cidade do Recife, capital pernambucana, cenário político da década de 1980, vivia a efervescência da abertura política e da (re)articulação dos movimentos sociais. De acordo com o historiador Humberto Miranda:

Os movimentos sociais conviviam com um cenário de desigualdades sociais e com uma política autoritária. Este período é marcado pelos governos de João Figueiredo na Presidência da República, do governador biônico Marco Maciel e do prefeito eleito Gustavo Krause (1979-1982) que, mesmo na fase de abertura política, estavam sintonizados com o ideário dos governos militares. (MIRANDA, 2014 p. 243).

Inserido nesse contexto de desigualdades sociais, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua surge como um grupo questionador das políticas voltadas à criança em situação de rua, sobretudo das práticas assistencialistas executadas pelo sistema Funabem/Febem e do Código de Menores. O MNMMR, como o próprio nome diz, tinha como foco agir em defesa de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, de modo que o Movimento procurou construir uma articulação que combatia a Política Nacional do Bem-estar do Menor, institucionalizada pelo Governo Federal durante a ditadura civil-militar implantada em 1964, pois entendia que essa política não era eficiente, e mais trazia prejuízos aos meninos e meninas do que benefícios.

O problema central da pesquisa, que foi realizada a partir da iniciação científica no bojo de produção do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste, é analisar os métodos e práticas educacionais desenvolvidos pelos educadores(as)

sociais no contexto das ações propostas pelo Movimento, partindo da hipótese de que eles contribuíram para a formação do MNMMR e da sua identidade enquanto movimento social, além de analisar a influência do educador Paulo Freire no contexto da educação popular de rua do Movimento.

Para a elaboração desta pesquisa, foi necessária a compreensão da importância da fonte para a história e a diferença entre elas, como também a função do historiador, para que só assim pudessemos construir nossa narrativa histórica. Para isso, nos debruçamos sobre as leituras acerca da historiografia e os conceitos de documentação e fontes históricas. Durval Muniz de A. Júnior, ao analisar a construção historiográfica, afirma que:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em história. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação. O acontecimento, o evento em história não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador. (MUNIZ, 2007 p. 62 e 63).

Assim, de acordo com Muniz, o historiador necessita de documentos para utilizá-los e transformá-los — não os

alterando —, sobretudo, problematizando-os. Já para o historiador francês Marc Bloch, o documento é:

Um produto do passado, ou seja, produzido por relações de força assimétricas, desiguais sempre, de um passado agônico, irregular e contingente. [...] compulsoriamente envolvidos com os vivos – e não com os mortos –, os documentos não são meras relíquias, mas registros espúrios, contingentes, equívocos, aguardando o acalanto da decifração, o fervor da leitura e a aventura da interpretação. (Apud PINSKY, 2013 p.317 e 318).

Segundo Bloch, os documentos não são em si a história, mas parte necessária dela que aguarda a interpretação do historiador. Entendemos, para essa pesquisa, documento tal qual o historiador Marc Bloch, e utilizamos como fonte documentos produzidos e arquivados pelo Movimento durante o período de 1980 e 1990, sobretudo documentos de 1985, ano de sua fundação, sendo eles cartilhas, o Estatuto e outras publicações, como o jornal O Grito, produzido e reproduzido pelas crianças atendidas pelos militantes.

Os documentos produzidos pelo Movimento trazem seu discurso de conquistas e garantias dos direitos para crianças e adolescentes em situação e rua, sua crítica ao sistema educacional e sua vontade de mudança social, sobretudo, na sua proposta de praticar uma alternativa educacional junto aos seus atores.

A leitura dos documentos produzidos pelo Movimento, e principalmente pelas crianças e adolescentes, permite-nos

analisar suas inquietações, desejos políticos e suas táticas de mobilizações. A partir da análise do discurso, vem sendo possível problematizar as práticas educativas ministradas por educadores populares e as estratégias metodológicas que fundamentaram a sua atuação nas ruas³.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) foi fundado, no ano de 1985, por homens e mulheres, considerados militantes, que se mobilizaram em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Recife e em outras capitais brasileiras. Alegando a ineficácia da proposta da Fundação do Bem-Estar do Menor⁴ (Funabem), colocava-se como alternativa às crianças e adolescentes em situação de rua, propondo um olhar progressista. A partir destes questionamentos, surgiram projetos alternativos ao estatal, como o projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua. Posteriormente, foram promovidos encontros em que caravanas com representações de todo o país se reuniram, sendo o primeiro em Brasília, para a

³ BRASIL, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 1985. “Pensar a prática é, por isso, o melhor caminho para pensar certo. Este pensar ensina também a maneira particular como praticamos, como fazemos e entendemos as coisas, está inserida no contexto maior que é o da prática social.” p.11

⁴ BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, 1966 p.15 Apud MIRANDA, 2014 p. 45

organização e realização de debates sobre os “novos direitos da criança”. Segundo Santos, o MNMMR passou a considerar a criança e o adolescente sujeitos da história e a desenvolver o trabalho educativo no contexto social em que eles estão inseridos, princípios fundamentais do Movimento. Sobre a sua constituição, Santos afirma que:

No começo da década de 1980 surgiu o Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua (desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), Secretaria de Ação Social (SAS) e Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), estes últimos órgãos do Ministério da Ação Social), criado por técnicos insatisfeitos com a atuação governamental, ou seja, com a ineficácia da política oficial. O projeto tinha por objetivo conhecer as experiências alternativas que se realizavam no país e aprender com quem fazia um atendimento alternativo. [...] Em junho de 1985, esses grupos locais, reunidos em Brasília, decidiram criar uma organização não governamental para a defesa e promoção dos direitos dos milhões de meninos e meninas de rua do Brasil, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. (SANTOS, 1994 p. 11 e 12).

O Movimento não é pautado unicamente a partir de uma luta de classes, mas seu propósito é construir junto com a sociedade, independentemente da classe social a qual o indivíduo pertença, uma sociedade mais justa para a criança em situação de rua. Além desta perspectiva, a construção da identidade coletiva, a busca pela autonomia e reconhecimento do movimento pelos próprios atores e sociedade em geral são também características dos Novos Movimentos Sociais. (GOHN, 2011 p. 126).

De acordo com Maria da Glória Gohn, os “Novos Movimentos Sociais” têm uma perspectiva diferente dos primeiros Movimentos Sociais, estes de caráter classicistas embasadas na teoria marxista, na sua construção de questionamentos sociais, são pautados em debates políticos para a garantia e conquistas de direitos para um determinado sujeito social, considerando-o não como um ser individual, mas coletivo.

De acordo com Gohn esses movimentos:

Recusam a política de cooperação entre agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em garantir direitos – existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam da mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudança nos valores predominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil. (GOHN, 2011 p. 125).

Portanto, para cumprir os seus objetivos, o Movimento defende a necessidade de uma educação alternativa para crianças e adolescentes que vivem uma realidade diferente das demais. Em sua proposta de transformação social, o menino e menina em situação de rua seriam respeitados e fariam parte do processo educacional e de mudança junto ao educador formado pelo próprio Movimento. Nesse sentido, o Movimento buscou construir não apenas uma alternativa em relação à educação, mas também em relação ao olhar lançado pela sociedade sobre os indivíduos “marginalizados”.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua não se coloca apenas como alternativa pedagógica, mas política. Pensando a Educação Popular de Rua a partir das ideias do educador Paulo Freire, a educação, assim como o educador e o educando, são agentes políticos e têm, necessariamente, comprometimento ideológico. O Movimento entende que a presença do educador de rua:

Não foi inventada para ser mais um na equipe, ela aparece em razão da necessidade constatada no trabalho dia a dia, frente ao reconhecimento da ineficácia institucional repressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado. [E] a luta do educador é caminhar com o menor no sentido de ajudá-lo a tornar-se efetivo, integrante e transformador, através de uma convivência participativa e questionadora. (MOVIMENTO, 1985 p. 7 e 8).

Dessa forma, o educador seria, de acordo com o Movimento, o resultado da ineficácia do sistema oficial e seu objetivo seria transformar o estado social da criança em situação de rua com a convivência participativa e questionadora. A construção da prática e do olhar para a criança, elaborado por Freire e o Movimento, como respeitadora do espaço da criança, é um discurso de colocar-se de forma diferente ao que os meninos e meninas em situação de rua supostamente receberam da política estatal. No seu discurso, sua escolha pelo oprimido e não o opressor coloca a política questionada pelo Movimento, a Funabem, como opressora e violenta em relação às crianças em situação de rua - oprimidos. Freire afirma que o educador precisa se colocar como:

pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo opção e aliança. É o oprimido e não o opressor. Estamos do lado do menino, do explorado, do oprimido. [...] é preciso ter cuidado para não invadir o mundo do menor, caso ele não queira ser abordado. Não ultrapassar o espaço vital do menino, que é real, sem que o menino queira, sem que ele permita. Seria violentá-lo. É esperar o “momento mágico” quando o menino se desarmar. Ter paciência histórica para iniciar o processo, para aguardar a plenitude desse momento. (FREIRE, 1985 p. 6).

Dessa forma, o Movimento busca construir um coletivo comprometido com sua causa para instigar questionamentos à sociedade em geral e, a partir deles, buscar a mudança proposta no seu discurso.

Pedagogia no Movimento

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua propõe trabalhar as questões que envolvem as crianças e adolescentes em situação de rua a partir de diálogo, participação e organização. O documento Organização de Meninos e Meninas de Rua: a arte de educar para a vida, sentidos político-pedagógico-culturais da organização, produzido pelo Movimento, busca, desde seu título, explicitar o seu projeto de educação alternativa.

Nesta documentação, o primeiro elemento-chave é o diálogo, sendo colocado como o ponto de partida do educador. Entendê-lo como fundamental é entender que o Movimento

busca atingir um público que de alguma forma foi silenciado pela educação formal.

Um primeiro elemento-chave que identificamos como característica desta pedagogia é a escuta e a conversa. Os depoimentos revelam que escutar cada menino/menina cria um clima favorável à conversa, é o ponto de partida e constitui um fundamento da relação educativa. (MOVIMENTO, 2002 p. 80).

O documento já citado propõe a participação e a organização também como elementos-chave para a proposta educativa.

Outro elemento-chave que caracteriza a proposta pedagógica do Movimento está no jeito como é trabalhada e no sentido que adquire a ideia de participação. O princípio político da organização implica na compreensão do direito de cada menino/a em tudo que lhe diz respeito. O ambiente criado pela relação educativa visa favorecer o exercício desse direito. (MOVIMENTO, 2002 p. 82).

Os elementos-chave que o documento sugere se aproximam das ideias do educador Paulo Freire quando se referem à busca pelo “momento mágico⁵”.

Nesse passo, o educador precisa observar, respeitando o espaço dos meninos e meninas, precisando estar atento às escolhas e opiniões deles. O educador social de rua nesse momento, que talvez seja o mais importante, precisa ser paciente para que não haja uma reprodução da educação autoritária⁶.

⁵ FREIRE, 1985 p. 6

⁶ FREIRE, 1985 p.13 e 14

O Movimento defende a ideia da organização e participação das crianças na sua proposta pedagógica. No seu discurso, a motivação para que as crianças e adolescentes se expressem se faz presente com o intuito de utilizar dessa prática para resolver os problemas do dia a dia deles.

Em uma passagem sobre a atuação dos educadores e educadoras, o Movimento os caracteriza como sujeitos dinâmicos em suas práticas educativas a ponto de perceber o momento e o ritmo dos meninos e meninas.

Os educadores e educadoras seguem sempre traçando objetivos e metodologias concretas, em função de como percebem, sentem o momento no qual se encontra o grupo.

Atuam, se necessário coordenam e facilitam a organização, respeitando o ritmo do grupo: acompanhando o seu caminhar, avançando em relação a ele, ou colocando-se atrás quando o grupo está maduro e consegue caminhar por si mesmo, sempre norteados pela concepção de criança enquanto sujeito de direitos e provocadores de uma educação transformadora.

Tornam-se capazes de orientar a turma para a tomada de consciência de que todos são responsáveis pela construção de uma nova ordem social. Muitas vezes como mediadores, provocadores, interlocutores de relações, tentando regular a capacidade comunicativa do grupo, para que ele possa expressar a sua vida, elaborar uma leitura dela cada vez mais enriquecedora, resgatar sua identidade e cultura, fomentar a construção de critérios próprios. (MOVIMENTO, 2002 p. 57).

De acordo com as afirmações do documento sobre esses profissionais da educação, eles não têm a intenção de intervir nas concepções dos estudantes, contudo, o discurso da provocação de uma educação transformadora, sustentada pelo Movimento, torna-se um paradoxo desta afirmação, pois a educação, de acordo com Freire, é um método político, e sendo assim, as concepções do educador não seriam imparciais na sua prática educativa.

A utilização de produções artísticas elaboradas por crianças e adolescentes nas publicações nos remete a um dos elementos-chave quando se fala em adquirir a ideia de participação. Ainda na mesma documentação, a instituição busca destacar a participação das crianças e adolescentes em seu projeto.

Os resultados dessa pesquisa nos possibilitam afirmar que a orientação ideológica do Movimento coloca sobre o educador social a responsabilidade de agir como questionador da situação das crianças e adolescentes, assim como no questionamento da sociedade em geral sobre as políticas que as atingem. O educador é para o Movimento o porta-voz e mediador para colocar em prática a sua ideologia e fundamentar o seu questionamento sobre a situação de injustiça que rege a vida destas crianças, tanto com a sociedade quanto com o Estado, além de apontar as crianças e adolescentes como injustiçados, mas que não precisam de assistência, e sim de direitos. Direitos esses que o MNMMR defende que precisam ser pensados e conquistados junto com as próprias crianças e adolescentes.

Considerações finais

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua teve e tem um papel de importância no questionamento da visão da sociedade em relação às crianças e, sobretudo, às políticas públicas relacionadas à infância e à juventude em situação de rua, assim como na articulação por mudanças, afirmações e reafirmações na legislação que rege o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, por cuja elaboração, na década de 1980, o próprio Movimento também foi responsável.

Na sua proposta de educação popular, também levantando o questionamento às políticas educativas, buscava mostrar à sociedade que era e é possível mudar a condição social das crianças e adolescentes nestas situações a partir do esclarecimento, ou seja, pela educação fundamentada pelo educador Paulo Freire. Isso alia ainda mais sua função político-social à necessidade de mudança da sociedade, combatendo uma situação de extrema injustiça àqueles que buscam na rua seu sustento e sua vida.

Essa intervenção nas ruas, do educador social popular, que é tão perigosa do ponto de vista da segurança pessoal quanto complexa do ponto de vista operacional, tem sido fortalecida por meio do Movimento e seus cursos, instruindo as ações e dando suporte às atividades, para que essa presença na rua se torne uma constante.

A condição de criança e adolescente ainda não é algo muito explorado na historiografia brasileira, tendo este trabalho a função de contribuir para a construção historiográfica sobre o tema, que além de ser muito jovem do ponto de vista do estudo das infâncias, é mais jovem ainda do ponto de vista do estudo das infâncias em situação de rua.

Portanto, este trabalho, como toda obra historiográfica, tem o objetivo político de contribuir para os debates sobre as infâncias no período atual. Isso sabendo que os direitos voltados às crianças e adolescentes construídos e garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 vêm, constantemente, sendo contestados e violados pela sociedade civil, como nas discussões sobre a possível volta de políticas que infringem estas prerrogativas, tais como a Funabem e a ditadura civil-militar.

Fontes documentais

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Estatuto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Data não disponível.

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Centro de Formação Básica de Educadores. 2003.

BRASIL, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1966. P. 15.

BRASIL, Organização de Meninos e Meninas de Rua: a arte de educar para a vida, sentidos político-pedagógico-culturais da organização. Recife-PE – Movimento, 2002.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire e educadores de rua: uma abordagem crítica. Unicef/Funabem, Rio de Janeiro, 1989.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Loyola Jesuítas, São Paulo-SP, fevereiro, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In Org. DANILO R. STRECK & MARIA TERESA

ESTEBAN. Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIRANDA, Humberto da Silva. Nos tempos das Febems:

memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). Recife, O autor, 2014.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. De Pétales e Pedras: A Trajetória de Francisco Julião. Rio de Janeiro – 2013, UFRJ/IH.

SALIBA, Elias Thomé. “Aventuras modernas e desventuras pós-modernas”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (orgs.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Benedito Rodrigues (Org.). MNMMR - Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3, Unicef. São Paulo, junho de 1994.

(Re) inventando as táticas:
comunicação e resistências



CONHECENDO O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA POR MEIO DO *PÉ DE MOLEQUE*

Thiago Oliveira Lima Nunes

Então em janeiro de 1992, em Olinda, nasce o jornal com a tarefa de informar, fazer história, inovar, fazer rir e muitas outras coisas”. (*PÉ DE MOLEQUE*, 1995, p.27).

Lançado em 1992, o jornal do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, chamado *Pé de Moleque*, surge como alternativa de promover uma comunicação acessível e informal, tendo como intuito proporcionar a leitura e a compreensão dos textos numa vertente não tão convencional. As notícias eram produzidas após as reuniões de pauta nos Núcleos de Base no âmbito local, regional e nacional e eram redigidas pelo público atendido, o qual em sua maioria não detinha uma escolaridade avançada.

Este informativo surge com a necessidade de criar um espaço para que os próprios meninos e meninas pudessem expressar seus pontos de vista, suas opiniões. O periódico veio com esta proposta e teve a primeira edição lançada pela Comissão Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que circulava na esfera nacional do Movimento.

No acervo pessoal dos fundadores do MNMMR, Adriano e Helena Janssen, foi possível deparar com 23 exemplares do jornal *Pé de Moleque*. Analisamos as vinte primeiras edições do informativo, além da edição de setembro de 1994, de outubro de 1995 e de março de 2000. Diante desse número de exemplares, optou-se para este artigo por realizar uma análise do discurso do jornal *Pé de Moleque*, publicado em 1995, ano em que foram comemorados os 10 anos de existência do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Com uma riqueza de detalhes produzidos numa argumentação sistemática e linear, a edição nos evidencia o discurso adotado pela entidade, como podemos perceber neste trecho abaixo:

Ah! Tinha que criar um espaço muito interessante, com uma linguagem com a cara e a fala dos meninos(as), tinha que ser algo muito legal de ler e que mostrasse pra o mundo quanta coisa boa essa meninada sabe fazer. Ah! Tinha também que ter muita coisa engraçada, muito desenho, quadrinhos, recadinhos, tinha que ser algo alegre, porque todos acreditam que mesmo que a nossa luta trate de coisas tristes e ruins, temos que denunciar tudo isso de forma bem criativa até para atrair mais gente pro nosso lado ...
(PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.26).

Esse jornal representa o resultado de uma série de atividades realizadas pela instituição, pautando as reivindicações e denúncias da situação de vulnerabilidade em que viviam. De acordo com o discurso, o periódico estudado tinha

como principal objetivo mostrar como esse público se sentia, o que sonhava e como pensava; seus desejos, suas preocupações; o processo de amadurecimento precoce pelo qual eram obrigados a passar diante de uma vida difícil na situação de rua; e tantos outros.

O informativo vem também ser um instrumento de divulgação das atividades desenvolvidas pelas Comissões Locais e pelo próprio MNMMR enquanto instituição. Ainda que não houvesse especialistas em comunicação no Movimento, a ideia era da horizontalidade entre seus participantes com diversas fotografias, desenhos, quadrinhos, jogos, recados que aproximam o leitor do texto. Contendo uma linguagem acessível e informal para favorecer a compreensão, o *Pé de Moleque* vem descrever um pouco de sua história, como pode ser percebido na apresentação da edição especial:

Neste almanaque vamos descrever um pouco desta história feita de muitos sonhos, muita alegria, algumas tristezas, mas muita garra e vontade de ajudar a criar um projeto novo de sociedade onde todos possam ter seus direitos respeitados e viver dignamente. Viaje conosco e junte-se nesta luta por justiça, liberdade, solidariedade, amor, paz... (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.2).

O *Pé de Moleque* vem apresentar, em sua concepção, a história da política social destinada às crianças e adolescentes. A década de 1980 é retratada como aquela de surgimento de entidades que começam a trabalhar nesta área e é aí que surge

o MNMMR. Fica claro, no informativo, que a instituição não foi criada por uma pessoa, mas pela movimentação de muita gente que trabalhava de forma diferente em vários lugares do Brasil. O jornal ressalta também os anos de 1985 a 1994, problematizando os avanços e os retrocessos vividos pós-institucionalização do MNMMR e principalmente a crítica às práticas institucionais reproduzidas pela Funabem e Febem⁷.

Tanto a Funabem quanto a Febem surgiram com a proposta de garantir o “bem-estar” da sociedade e a forma de obter isso era retirar de “forma violenta os ‘menores’ que sujavam e enfiavam as ruas, e os trancar em lugares com muros altos, igualzinho a prisões”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.6).

Para aqueles que escreviam para o jornal, a funcionalidade disso não garantia em nada o bem-estar, muito pelo contrário. “Claro que isso não funcionava. Afinal, isso servia para deseducar e revoltar mais as meninas e meninos. Essas instituições até eram chamadas de ‘escola do crime’, tamanha era a violência, abuso, exploração e corrupção que rolavam por lá”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.6).

⁷MIRANDA, Humberto da Silva. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985). 2014. 348 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Fundado em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é autodefinido, em diversos documentos publicados pela instituição, inclusive no livro *MNMMR - Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente no Brasil*, de Benedito Santos, como uma organização popular não governamental autônoma “composta basicamente de voluntários, que busca, através do engajamento e da participação das próprias crianças e adolescentes, a conquista e a defesa de seus direitos de cidadania”. (SANTOS, 1994, p. 9).

O MNMMR nasce num contexto de surgimento de diversos grupos não ligados ao Estado, que tinham o intuito de suprir uma lacuna deixada pela atuação que caberia ao governo, seja ele municipal, estadual ou federal. Emergindo em plena ditadura civil-militar e pautando a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, o movimento social estudado encabeçou diversas manifestações junto a outras instituições e organizações sem fins lucrativos que lutavam pela mudança de atendimento em diversos campos da sociedade. Diversos grupos organizados que se mobilizaram em defesa da reabertura política e por lutas específicas. Temas como a igualdade racial, a defesa dos direitos das mulheres e a busca por moradia foram algumas das bandeiras levantadas.

De acordo com o informativo, existiam cerca de 140 Núcleos de Base espalhados pelo Brasil. Além disso, o número de participantes era muito mais de 2 mil meninos, dos quais

a metade era filiada ao Movimento. “Ah! De acordo com a pesquisa que o Movimento fez, tem mais meninos que meninas nos núcleos, por que será hein? Olhaí, meninas bonitas dos laços de fitas, vamos igualar esse número hein?” (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.19).

Outro conteúdo interessante se refere à explicação sobre as comissões Local e Estadual, Conselho Nacional, Coordenação Nacional e Conselho Fiscal. Há uma explanação sobre as devidas atribuições de cada um destes meios organizativos. A Comissão Local é definida pela constituição de cinco pessoas, sejam elas efetivas (educadores, militantes...), filiadas (meninos e meninas dos Núcleos de Base) e/ou colaboradoras (programas de atendimento, profissionais que dão apoio, tipo um artista ou uma professora, advogada etc.). “Num mesmo município pode até ter mais de uma Comissão Local (...).

A Comissão Local faz reuniões, seminários, encontros, palestras, pressionava, fiscaliza os políticos e faz tudo aquilo que deve ser feito para defender os direitos da garotada.” (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.22).

A Comissão Estadual tem que coordenar e contribuir para fortalecer as Comissões Locais e os Núcleos de Base. A definição de números de pessoas e o funcionamento são definidos em assembleias estaduais.

O Conselho Nacional é “formado por um representante

de cada Estado eleito pela Coordenação Nacional”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.22). Eles são responsáveis “por encaminhar e fazer acontecer decisões importantes tomadas pela Assembleia Nacional”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.18).

A Coordenação Nacional é chamada também de direção do MNMMR. É composta por três membros eleitos em assembleia nacional para um mandato de dois anos. “São Coordenador Nacional, Secretário Nacional e Secretário de Finanças e que orienta uma Secretaria Nacional Executiva composta pelas Secretarias: Executiva, Defesa de Direitos e de Organização de Meninos e Meninas”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.23).

Por fim, o Conselho Fiscal é composto por três pessoas eleitas também em Assembleia Nacional e tem a função de fiscalizar a parte financeira do MNMMR.

No informativo também há espaço para a divulgação dos encontros nacionais:

Nesses 10 anos podemos dizer que muitas ações importantes mostraram ao mundo todo, nossa consciência através do nosso grito: hora do terror, hora da alegria. Mas sempre com muita garra e energia. Meninos e meninas de rua e das comunidades de todo o País gritaram alto! E a primeira fala foi em maio de 1986 no I ENCONTRO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA em Brasília. Nesse Encontro cerca de 450 meninos (as) debateram sobre:
* Educação * Família * Saúde * Trabalho * Violência
* Organização. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.15).

Diversas fotos e depoimentos dos encontros nacionais são registrados nas três páginas destinadas ao assunto. Depoimentos como: “Não pode acabar tudo aqui, seria um fracasso isso. O que devemos fazer é levar toda essa mensagem, toda a situação que os meninos levantaram aqui e fazer com que toda a capacidade que eles têm de participar seja multiplicada em todo o Brasil, (...)”, afirmava Padre Bruno em Brasília, no encontro de 1986. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.15).

Outro depoimento importante é de um menino do Nordeste no II Encontro, que aconteceu em 1989. O jornal não traz o nome, mas é de extrema valia a menção: “No Nordeste, nosso maior problema é contra o esquadrão e com a polícia, porque para a sociedade menino de rua tem que morrer, mas não é assim não, nós não somos marginais, somos marginalizados”. (PÉ DE MOLEQUE, 1995, p.16). Esta denúncia se faz necessária para a cobrança da gestão pública.

Desse modo, por meio do jornal *Pé de Moleque*, produzido pelas crianças e adolescentes do MNMMR, as infâncias e as mobilizações do Movimento foram tornadas notícias. Este documento foi de extrema riqueza diante do ineditismo e da relevância de caráter acadêmico e social. Foram levantados os diversos problemas sociais, foram denunciados assassinatos de crianças, adolescentes, jovens e profissionais que estavam engajados com a militância social, mas também foram expostas opiniões, recados, poemas, desenhos e registros fotográficos produzidos por

eles. Descortinou-se um cotidiano social de violação de direitos de crianças e adolescentes de rua, além de estudar uma instituição que soube mobilizar a sociedade civil organizada e que trabalhou diretamente com os meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social.

Considerações finais

Estudar a história da infância por meio da imprensa alternativa escrita possibilitou analisar as representações sociais e os discursos que envolvem crianças e adolescentes nas décadas de 1980/1990. Na edição extra do jornal *Pé de Moleque*, de 1995, produzido pelas crianças e adolescentes do MNMMR, a infância foi tornada notícia. Este documento foi de extrema riqueza diante do ineditismo e da relevância do caráter acadêmico e social. Descortinar um cotidiano social de violação de direitos de crianças e adolescentes de rua permitiu estudar uma instituição que soube mobilizar a sociedade civil organizada e que trabalhou diretamente com os meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social.

Trabalhar através da análise de discurso dos editoriais, livros, documentos, artigos, imagens e expressões utilizadas sobre a concepção de criança fez com que a nossa perspectiva fosse ampliada no sentido de perceber a imprensa e o seu poder de influenciar a vida das pessoas. Estudar a imprensa alternativa, sair da ótica comercial das grandes mídias e direcionar o olhar para um veículo de comunicação sem

fins lucrativos e produzido por uma população que está à margem da sociedade merece destaque.

A partir deste trabalho, é possível afirmar que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por meio das suas diversas articulações, cumpriu com o seu objetivo, principalmente no que se refere à passagem da política de criminalização para a de assistência. O jornal *Pé de Moleque* serviu para a participação das crianças e adolescentes em situação de rua, que colocaram suas ideias, que “gritaram” para todo o mundo ouvir as suas inquietações, as violações de direitos e que foram buscar nas campanhas, nos encontros nacionais, nas conversas com os gestores, nos diálogos entre os integrantes dos diversos estados, uma vida mais justa, uma vida com mais direitos, uma vida digna.

Fontes documentais

BRASIL. Decreto-Lei 6.697. Estabelece a criação do Código do Menor, de 10 de outubro de 1979.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. 10 anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: 1985/1995. Brasília: MNMMR, 1995.

_____. Centro de Formação Básica de Educadores. 2003.

_____. Estatuto do Movimento Nacional de Meninos e

Meninas de Rua – Data não disponível.

_____. Pé de Moleque – Extra – 1985 – 10 anos –1995.
Brasília, DF, Gráfica Charbel, outubro/1995.

Referências

MIRANDA, Humberto da Silva. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179. jan./abr. 2015.

_____. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985). 2014. 348 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

SANTOS, Benedito R. MNMMR – Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente no Brasil. São Paulo: MNMMR; Unicef, 1994.



“O GRITO”
DE MENINOS E MENINAS DE RUA:
COMUNICAÇÃO EM MOVIMENTO

Heliwelton do Amaral Clemente

O presente artigo possui como objetivo principal analisar o jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, enquanto prática educativa e imprensa alternativa no Recife da década de 1980. O trabalho também pretende contribuir com a história dos direitos da criança e do adolescente no País, dialogando com a historiografia nacional da infância e a sociologia da infância numa perspectiva interdisciplinar.

Estudar a trajetória do Movimento possui uma relevância de caráter acadêmico e social, haja vista sua significativa contribuição para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Movimento contribuiu para a construção das políticas dos direitos da criança, chegando a contribuir com a efetivação do Estatuto. De acordo com Souza:

A sensibilidade e a experiência do MNMMR refletiram em todo o Brasil. Em diferentes Estados foram organizados movimentos semelhantes com o objetivo de aproximar os educadores daquelas crianças que viviam na rua “sem lenço nem documento”. A importância de trabalhar com as crianças

e adolescentes no contexto em que elas estão inseridas aos poucos foi gerando resultados até que alguns anos depois o Movimento foi convidado a participar da elaboração da legislação mais inovadora do Brasil neste âmbito. (SOUZA, 2013, p.2).

A participação dos meninos e meninas na organização do Movimento sempre foi estreitamente ligada à articulação da entidade, e nasce de uma organização de espaços participativos: conferências estaduais, encontros e eventos de outras organizações. Essas crianças e adolescentes tiveram a oportunidade de participar e vivenciar diferentes realidades sociais e tais trajetórias demarcaram a atuação delas no Movimento. O principal elemento dessa articulação foi a representatividade, descrito mais detalhadamente nas publicações do Movimento que falam dos processos de representação.

Deste modo, o menino ou a menina sempre desenvolve, em diferentes graus, a função de representante do Movimento na escola, comunidade, Estado, região, nação; ou de representante do seu Núcleo de Base ou do seu Estado nos encontros, na equipe regional ou na Comissão Nacional de Animação. Portanto, o menino ou a menina se sente responsável por repassar o pensamento e propostas de ação do seu coletivo referencial e retornar-lhe os resultados. (BRASIL, 2002, p. 41).

Essa vivência em rede permitiu que as crianças e adolescentes se apropriassem de informações, sentidos e significados,

além de uma conscientização e motivação numa luta pelas mudanças de suas condições de vida. Através de depoimentos de educadores do Movimento contidos nas publicações, é possível perceber que escutar cada menino e menina constitui a base da relação educativa da entidade, para que assim possam conhecer as dificuldades de cada um e os ajudar a pensar e propor o que fazer. No processo de construção de uma perspectiva de cidadania, destaca-se:

Outro elemento-chave que caracteriza a proposta educativa do Movimento está no jeito como é trabalhada e no sentido que adquire a ideia de participação. O princípio político da organização implica a compreensão do direito de cada menino(a) em tudo que lhe diz respeito. O ambiente criado pela relação educativa visa favorecer o exercício desse direito. (BRASIL, 2002, p.82).

Desse modo, o trabalho do Movimento de educar para os direitos possibilitou a ampliação da percepção sobre as várias dimensões envolvidas na luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Reconheceu-se que a dificuldade e complexidade da questão da infância pobre demandou o envolvimento de diversos segmentos da sociedade objetivando uma articulação para fortalecer sua luta.

O Grito

O jornal começou a ser publicado em agosto de 1988, no Recife, juntamente com as crianças e adolescentes do próprio Movimento. A partir da leitura e análise realizada, percebe-se que o processo de elaboração constituiu uma

prática educativa e a participação das crianças e adolescentes se iniciava já no processo de seleção das notícias.

Para uma análise mais aprofundada da produção foi essencial estudar o trabalho do redator-chefe do periódico no período em análise, Adriano Janssen, e um pouco da sua trajetória de vida até ele chegar ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Seu livro, *Por que tem meninos e meninas de rua*, faz o registro de momentos marcantes de sua vivência como agente de transformação social, além de contar muito de sua história e militância pela causa da infância.

Adriano nasceu em 23 de março de 1933, na cidade de Nootdorp, Holanda. Oitavo filho, dos nove, de uma família camponesa. Aos treze anos inicia os estudos como seminarista para realizar seu desejo de ser padre. Aos vinte e um viaja para o Brasil, onde conclui seus estudos e passa a atuar como vigário auxiliar na paróquia de Paulista, município localizado na Região Metropolitana do Recife.

Em 1974 largou o sacerdócio e casou-se com Helena Janssen, que se tornou sua companheira de militância e de vida. Passa a exercer o ofício de taxista e tem um casal de filhos. Em 1984, deixa a profissão e assume a coordenação da Fundação Casa das Crianças, criada com o intuito de prestar atendimento a crianças e adolescentes pobres da periferia de Olinda. Adriano sempre se preocupou com a situação dos trabalhadores pobres brasileiros, tema que

permeia sua vida e que sempre entendeu ser o foco de sua missão. Atua na Juventude Operária Católica e no Sindicato dos Taxistas, além de colaborar com o trabalho de Dom Hélder Câmara. (JANSSEN, 2013)

Começou a se envolver diretamente com a causa da infância quando exerceu a função de conselheiro municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes no Recife e contribuiu com o processo de organização de meninos e meninas em situação de rua. Foi então que conheceu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Uma das maiores contribuições que a obra do autor traz é a narrativa de como era o processo de elaboração do jornal:

Mas semanalmente, nós (meninos, meninas, educadores e eu) nos encontrávamos na sede do Movimento para, juntos, prepararmos o jornal. Escutávamos os fatos e selecionávamos as matérias. Tudo que acontecia nas ruas a turma trazia para ser publicado. A dinâmica era muito interessante, todos os fatos eram colocados e juntos fazíamos a seleção. (JANSSEN, 2013, p.41).

As páginas do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* são do tipo A4, com apenas uma folha dobrada ao meio, com cada página em uma metade, formando quatro páginas. Algumas edições extras possuem duas páginas e uma delas possui sete. Era impresso em preto e branco com ilustrações para a maioria das matérias. Essas características revelam as limitações financeiras enfrentadas pelo Movimento e o conteúdo do jornal reforça essa evidência. Adriano Janssen afirma que o jornal era publicado mensalmente, porém, analisando todas as 58 edições que catalogamos,

as quais abrangem o período de agosto de 1988 (primeira publicação) até abril de 2003, percebemos que em muitos meses o jornal não foi publicado.

Outra característica que destacamos na análise do jornal é a sua distribuição ou a quem se destinava. Janssen conta que a maior parte dos jornais era distribuída pelos próprios meninos e meninas em lojas, repartições e escolas. Através de uma análise do conteúdo, rapidamente se percebe que o jornal realmente representava um “Grito” para essas crianças e adolescentes, e a publicação do autor explica a motivação do nome do jornal:

Grito e choro são reações espontâneas que vêm de dentro do peito, sempre provocadas pela dor ou pela alegria. No caso dos nossos meninos, constatamos mais dor do que alegria. No entanto, ter um espaço onde eles pudessem gritar sua dor era por demais importante. (JANSSEN, 2013, p.42).

Abaixo apresentamos a primeira versão do logotipo do jornal, representando “um menino gritando”. Desenhado de forma simples, constituía a parte gráfica do cabeçalho do jornal:



(Fonte: *Jornal O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, julho de 1989)

Para a análise do conteúdo do periódico foram utilizadas seis edições do jornal: agosto de 1988 (a primeira edição do jornal); outubro de 1988 (publicação extra); agosto de 1989; novembro de 1989; maio de 1990; e outubro de 1990.

As seis edições foram escolhidas por pertencerem ao período entre 1980 e 1990, recorte temporal do trabalho de conclusão de curso. Porém, para a análise de aspectos como a periodicidade da publicação, todas as edições que catalogamos foram analisadas. Somando 58 edições num período de agosto de 1988, que é o ano de surgimento do jornal, até abril de 2003.

Na análise do conteúdo dos jornais, um dos elementos que mais chama a atenção é o número de notícias reclamando da atuação da polícia militar de Pernambuco. Muitos casos e crimes são retratados e o conteúdo é coerente com o que Adriano Janssen afirma:

Quase sempre o jornal denunciava comportamentos arbitrários de policiais em confronto com meninos e meninas nas ruas, ou de civis mal informados e preconceituosos. Grande era o choque de opiniões. (JANSSEN, 2013, p.42).

A imagem a seguir (contida na primeira edição do jornal) expressa em linguagem simples as principais razões da existência do jornal, reclamando pelo direito das crianças e adolescentes de viver, pedindo por mais chances e questionando a repressão da sociedade.



(Fonte: *Jornal O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, agosto de 1988)

Quando analisamos o conteúdo do jornal, percebemos que a maioria das notícias são reclamações acerca da atuação da polícia militar para com crianças e adolescentes naquela época. A edição de agosto de 1989, por exemplo, traz uma denúncia de prisão injusta no bairro de Peixinhos, Olinda, que ocorreu no dia 16 de julho (mês anterior à publicação) e chama atenção para o fato de quatro meninos terem sido presos, segundo a alegação do próprio policial, pelo simples fato de estarem sem documentos. Dormiram na delegacia de polícia e foram soltos na manhã do dia 17, porém atentam para o fato de que um dos meninos foi agredido na cabeça

pelo policial, atitude que demonstra o quanto essa polícia tinha um caráter repressivo.

Ainda no mesmo jornal, uma coluna chamada “Tortura nas Casinhas” fala do comportamento violento dos policiais militares para com meninos e meninas nas “casinhas” das praças do Recife. Segundo o jornal, as casinhas são locais de espancamento e tortura. Denunciam que no dia 15 de setembro de 1989 um menino foi preso e levado para a Delegacia do Menor. Ele saiu todo inchado de tanto apanhar. No fim, o jornal faz duas importantes indagações à polícia: “De onde vem o direito de dar nestes meninos?” e “A polícia pode dar, espancar e torturar?”. (O Grito de Meninos e Meninas de Rua, agosto 1989).

Através dos questionamentos acima e das matérias retratadas, podemos observar a patente insatisfação e reclamações do Movimento acerca da atuação da Delegacia do Menor, que constituía um mecanismo de controle e repressão utilizado pelo Estado na época. Segundo Miranda:

O Departamento Estadual de Polícia de Menores representava um órgão controlador das ações policiais, o que permite afirmar que a ação do Estado buscava atuar na vigilância, repressão e punição daquelas crianças e adolescentes que apresentavam uma ameaça social a partir do olhar policial. (MIRANDA, 2014, p.149).

A atuação repressiva dessa delegacia especializada em questões relacionadas aos chamados “menores” revela que a maior preocupação do Estado naquele momento era

garantir o controle, a vigilância e a punição no dia a dia desses meninos e meninas ao invés de educar.

Essa questão fica ainda mais evidente numa matéria intitulada “Reprimir ou Educar?”, que relata um debate ocorrido no dia 14 de julho de 1989 entre educadores de rua (quantidade não informada) e cem policiais. Retratam a existência de uma divergência entre as ideias. “Uma turma achando que seu papel é reprimir. E a outra que o jeito é educar.” Concluem afirmando que o povo está sendo roubado e violentado e os que mais sofrem com essas ações são os meninos e meninas em situação de rua, que mereceriam proteção. E convidam todos para, juntos, acabar com a violência.

Outro tipo de notícia muito recorrente no jornal eram as reivindicações políticas, fazendo parte de uma luta maior por uma mudança no panorama legal no âmbito da infância. A luta por tal mudança aparece na documentação do MNMMR como um de seus principais objetivos em abrangência nacional. Encontramos essa intenção bem definida em uma publicação que conta a trajetória do Movimento:

O MNMMR desenvolve uma luta constante para assegurar em lei os direitos legítimos de crianças e adolescentes, bem como para tornar efetivos os mecanismos de garantias de direitos previstos nas legislações nacionais e normativas internacionais. (SANTOS, 1994, p.30).

Um exemplo de como o jornal constituía instrumento de luta por mudanças no âmbito político é a primeira página do jornal de agosto de 1989, que começa falando sobre uma reunião que ocorreria no dia 14 daquele mês, na qual meninos e meninas dos “bairros com mais problemas” se reuniriam para pressionar os deputados estaduais, exigindo que a Constituinte de Pernambuco atendesse às seguintes reivindicações: “Criação de um Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; que 1,5% do orçamento do Estado fosse destinado às causas da infância; criação de Varas de Justiça especializadas em direito para crianças e adolescentes; calendário escolar que permitisse a participação de crianças e adolescentes na escola o ano inteiro.

A publicação destacada demonstra o interesse de uma participação ativa e crítica dos membros do Movimento na formulação de políticas públicas e se mostra bastante coerente com o que consta no Estatuto do Movimento em relação aos seus objetivos:

Exigir dos órgãos públicos a implementação de políticas sociais em que o Estado assumira sua responsabilidade perante os problemas sociais e privilegie a descentralização de decisões, ações e recursos. (MNMMR, ano não registrado).

O jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, enquanto prática educativa, permitiu que as crianças e adolescentes se apropriassem de informações, sentidos e significados, além de uma conscientização do contexto de lutas pelas mudanças de suas próprias condições de vida.

A seleção e construção das notícias, as matérias sobre outras instituições e a ideia do espaço para que crianças e adolescentes pudessem se expressar são elementos presentes nos princípios do MNMMR:

Outro elemento-chave que caracteriza a proposta pedagógica do Movimento está no jeito como é trabalhada e no sentido que adquire a ideia de participação. O princípio político da organização implica na compreensão do direito de cada menino(a) em tudo que lhe diz respeito. O ambiente criado pela relação educativa visa favorecer o exercício desse direito. (BRASIL, 2002, p.82).

O trabalho do Movimento de educar para os direitos possibilitou a articulação entre educadores e crianças e adolescentes e o jornal *O Grito*, constituindo um alerta para a sociedade sobre a questão da infância pobre e em situação de rua, demandando conscientização da sociedade, representando um instrumento de luta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980.

Desse modo, fica evidente que o trabalho do Movimento, de educar para os direitos, possibilitou a ampliação da percepção sobre as várias dimensões envolvidas na luta pelos direitos de crianças e adolescentes, reconhecendo que a dificuldade e complexidade da questão da infância pobre demandou o envolvimento de diversos segmentos da sociedade objetivando uma articulação para fortalecer sua luta.

Fontes documentais

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Estatuto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Data não disponível.

_____. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Centro de Formação Básica de Educadores. 2003.

_____.MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Organização de meninos e meninas de rua; A arte de Educar para a Vida. Recife, Comissão Estadual de Pernambuco (MNMMR), 2002.

JANSSEN, Adriano. Por que tem meninos e meninas de rua. Olinda: CCS Gráfica e Editora, 2013.

Referências bibliográficas

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

CARVALHO, Maria Wanderley de. SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Entre a rua e a instituição: o olhar de crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 5, p. 825-845, set./out. 2008.

FARGE, Arlette. O Sabor do Arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire e educadores de rua: uma abordagem crítica. UNICEF/FUNABEM, Rio de Janeiro: 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, nº 47, 333-361, 2011.

_____. Educação popular e movimentos sociais. In Org. DANILO R. Streck & Maria Teresa Esteban. Educação Popular; Lugar de Construção Social Coletiva - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Rio Grande do Sul, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACÊDO, Maria Joacineide de. BRITO, Suerde Miranda de

Oliveira. A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. vol.11 n.3 Porto Alegre, 1998.

MIRANDA, Humberto da Silva. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179. jan./abr. 2015.

_____. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

RESENDE, Viviane de Melo. A crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma pesquisa em Realismo Crítico, Análise de Discurso Crítica e Etnografia. Disponível em: < <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/06T.pdf> > Data de acesso: 06/02/2016

SANTOS, Benedito Rodrigues (Org.). MNMMR - Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3, Unicef. São Paulo, junho de 1994.

SOUZA, Tainara de Jesus. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a conquista de direitos:

o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

Para além das ruas...



GRUPO RUAS E PRAÇAS: SOCIEDADE CIVIL E AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO ABANDONO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RECIFE

Ellen Raphaela Vieira Santos

O Grupo Ruas e Praças (GRP) é uma organização não governamental que realiza um trabalho socioeducativo, na região central do Recife, com crianças e adolescentes em situação de abandono social. Ele surge em 1987, após o encerramento de um projeto da Prefeitura do Recife, quando alguns educadores decidem permanecer com as atividades pedagógicas nas ruas. O trabalho inicialmente era feito voluntariamente, como também não tinha sede própria e os materiais pedagógicos eram doações de caráter individual ou vindas de outras instituições. É nesse contexto que foi feito o recorte histórico no qual será analisada a história do Grupo Ruas e Praças e como se efetivaram suas práticas educativas no cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Recife na década de 1980.

Esta pesquisa tem o recorte temporal específico, necessitando da análise histórica sobre o cenário político e social da década de 1980, sendo este um período de pós-ditadura civil-militar, em que as demandas sociais impulsionaram a luta pela redemocratização como também as reivindicações

por direitos de vários grupos sociais. É neste contexto que os movimentos sociais têm sua efervescência, como mostra Luiz Cláudio Duarte (2000) em seu balanço historiográfico sobre os movimentos sociais urbanos a partir da década de 1970 no Brasil. As motivações e significações vão se modificar de acordo com o tempo e o contexto, podendo ser interpretadas a partir das determinações macroestruturais, conjunturais ou culturais.

Este período é o final da transição do regime de ditadura civil-militar para a redemocratização do Estado, portanto é neste cenário que há diversos segmentos sociais reivindicando por direitos e participação social. Embora o surgimento das organizações não governamentais – ONGs no cenário social aconteça na década de 1950, é a partir de 1970 que, aliados aos movimentos sociais, estas entidades aumentaram seu número e também a abrangência de sua atuação. O Grupo surge com o objetivo de contraposição às instituições do Estado e tem uma perspectiva assistencialista em relação à infância. Ele propõe uma prática alternativa à do Estado, sob a perspectiva de ressocialização e prevenção, diferentemente da praticada, que se baseia no controle e punição.

O Grupo Ruas e Praças, desde o início da sua formação, sempre esteve inserido nos processos de luta pela conquista dos direitos das crianças e adolescentes. Por essa razão, os educadores sociais participavam intensamente das assembleias reivindicativas, fóruns de debates e estavam

sempre dialogando com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e outras instituições que atuavam na Região Metropolitana do Recife. A organização também fazia parte do “Grupo de Integração do Centro da Cidade”, que era constituído por educadores sociais e até membros do governo que, porém, também estavam insatisfeitos com as políticas e o cenário das crianças e adolescentes em situação de abandono social. Além disso, era por meio desse grupo que buscavam alternativas e soluções para o atendimento das crianças que transitavam pela cidade do Recife.

Cássia Carloto e Luana Campos, em seu artigo *Mas, afinal, por que a rua?*, além de mostrarem a outra face da estigmatização sobre estes meninos e meninas, com base nas experiências das próprias crianças e adolescentes, evidenciam também os fatores que os levavam a estar naqueles espaços que eram diversos e carregados de complexidades. Fazia-se necessária uma análise profunda para que fosse possível traçar soluções para o atendimento dessas crianças, e que assim não estivesse baseada no sistema imposto pelo Estado, que acarretou danos à infância desses meninos e meninas, deixando permanências na sociedade também nas perspectivas sobre essas crianças e adolescentes marginalizados.

As autoras diferenciam o perfil das crianças que estão nos espaços públicos entre meninas de rua e meninos na rua. Embora saibamos que o termo “de rua” seja equivocado

atualmente, este designava as crianças e adolescentes que moravam na rua, que faziam desse espaço sua casa, estabelecendo relações identitárias e de memórias mais fortes do que os meninos na rua, que eram aqueles que ainda possuíam vínculos familiares e o espaço público era apenas de trabalho.

Assim como as autoras, o Grupo Ruas e Praças também delimitou o perfil das crianças e dos adolescentes atendidos desta mesma forma, variando de acordo com a localidade, porém, de forma genérica, dividia entre os meninos que moravam na rua e os que passavam o dia na rua. Cada ponto em que a organização atuava tinha um perfil diferente de público, mas em termos gerais a organização atendia em média 130 crianças e adolescentes mensalmente, na faixa etária de 3 a 18 anos, a maioria do sexo masculino, oriundos das comunidades da Região Metropolitana do Recife, que eram famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Através da obra *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*, de Maria Glória Gohn, foi possível o entendimento do conceito de sociedade civil neste cenário em que o GRP está inserido, pois ela traz este conceito em paralelo com outros dois: comunidade e autonomia. Eles estão inseridos no processo de lutas e reivindicações dos diversos setores da sociedade, propiciando o aparecimento de novos atores sociais. Neste sentido, os movimentos sociais e as ONGs são os novos

atores principais, fazendo Gohn uma breve análise de como é construída a rede de articulação entre ambos durante a década de 1980, no auge do seu protagonismo.

Ainda sobre as reflexões acerca das ONGs, a fim de analisar como o Grupo Ruas e Praças atuou e se consolidou na década de 1980, recorreremos à tese de Cleide de Fátima Galiza de Oliveira, que também procurou investigar como se estruturam e caracterizam as organizações não governamentais deste período em relação à infância desassistida na Região Metropolitana do Recife. De imediato, podemos perceber a intensa relação que há entre a efervescência dos movimentos e o aumento na criação das ONGs, além do posicionamento de ambos em contraposição ao Estado.

Após compreendermos as determinações estruturais e conjunturais da década de 1970 e 1980, também foi necessário compreender a articulação entre a prática da educação e os movimentos sociais neste período, que se acentua e se reflete através da educação popular, sendo esta forma de educação também importante, como afirma Maria Glória Gohn (2011):

De pronto, esclareço: para nós, a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma ampla concepção de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. (GOHN, 2011.p.333).

A autora traz, em outro artigo, os conceitos de sociedade civil cunhados por vários intelectuais no decorrer da história, buscando conceituá-la para compreender seus sentidos nas últimas décadas do século 20. Portanto, uma das visões principais é a de que a sociedade deve estar inserida em um espaço que possibilite o senso de responsabilidades sociais, apesar de ela também ser palco de ações individuais, regidas por códigos e conjuntos de práticas que podem ser modeladas por instituições particulares. (GOHN, 2008. p. 68).

Outros dois conceitos que ela relaciona com a sociedade civil a partir da década de 1970 são: comunidade e autonomia, como dito anteriormente. Comunidade representava a base territorial que unia vários setores da sociedade civil, uma força política que abrangia desde os serviços básicos de infraestrutura até os direitos sociais. O conceito de comunidade nesta década serviu como princípio básico para a organização política das camadas populares neste cenário de intensa reivindicação dos direitos sociais e econômicos. (GOHN, 2008. p.52).

Autonomia, por seu turno, está relacionada com a participação política e social de um indivíduo ou grupo na sociedade, de forma que seja com consciência crítica e proporcione o protagonismo na sua própria história. Estes conceitos contribuem para entendermos como surgem os novos atores sociais e de que forma se fazem as suas articulações em redes solidárias. Mesmo que ainda tenham este caráter de autonomia, na maioria das vezes está relacionada com a

independência do Estado, sempre buscando em comunidade possibilidades de transformação social. (GOHN, 2008. p. 30).

É neste cenário em que o Grupo Ruas e Praças surge, sendo possível, portanto, perceber estas redes solidárias, pois na Região Metropolitana do Recife existiam outras instituições que se articulavam com a sociedade civil, como o MNMMR. Um exemplo disso foi o “Grupo de Integração do Centro da Cidade”, formado por membros de vários setores da sociedade com o objetivo comum de buscar uma solução alternativa de atendimento às crianças e adolescentes que transitavam nas ruas do centro do Recife. Portanto, a articulação não era apenas entre uma ONG e o Movimento, mas se estendia também entre as organizações e a sociedade civil, que por meio de debates construía as bases para novas diretrizes de ação educativa em contraposição direta ao Estado.

Galiza (2001) e Gohn (2008) situam a emergência das ONGs entre a década de 1970 e 1980, as quais se caracterizavam por serem organizações de apoio aos movimentos sociais e estavam engajadas na conscientização e luta pelos direitos sociais, servindo de base para as ações desses movimentos. Os objetivos dessas ONGs tinham caráter político, prioritariamente, como GOHN ressalta:

As primeiras se fundam numa cultura política que prioriza, nos processos de mudanças e transformações sociais, a conquista, a defesa ou a ampliação de diferentes tipos de direitos da população como um todo e a emancipação sociopolítica e econômica de amplas camadas da população

que se encontram totalmente excluídas do acesso ao mercado de trabalho, dos benefícios da civilização moderna para uma vida digna e com justiça social. (GOHN, 2008. p.92).

A análise das práticas do Grupo Ruas e Praças é possível dentro do contexto de atuação das ONGs deste período, bem como do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Como já descrito, ambos surgiram na década de 1980, em um período de discussão e questionamento aos mecanismos do Estado para assistência das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Ambos têm como propósito desenvolver trabalhos alternativos de assistência a esse público sob a perspectiva de transformação social. Caracterizados pela ação voluntária e oposição ao Estado intensificam-se as relações entre o movimento popular e as ONGs. (OLIVEIRA,1994).

Para entender a atuação do Grupo como organização não governamental, também é necessário entender este conceito. Para tanto, utilizamos a definição de ONGs apresentada por Cleide Oliveira, especificamente daquelas voltadas ao atendimento à infância:

Desse modo, foram consideradas Organizações Não Governamentais Populares de Atendimento à Infância aquelas entidades sem fins lucrativos, inseridas no bairro de origem de sua clientela, com um corpo dirigente oriundo do meio popular, prestando assistência direta a crianças e adolescentes, desenvolvendo práticas alternativas com o objetivo de conscientizar o jovem de sua condição de vida e, ao mesmo tempo, oferecendo possibilidades ao adolescente

de se reconhecer como agente de transformação social.
(OLIVEIRA, 1994, p.14).

Além de trazer o conceito, Cleide também traça vários perfis das organizações desde a década de 1950 até 1990, demonstrando que sua atuação depende do tempo e espaço em que está inserida. Desse modo, não é por acaso que o Grupo Ruas e Praças surgiu no Recife na década de 1980, pois deveu-se à situação de abandono, negligência e repressão do Estado às crianças que transitavam pelas ruas da cidade. No cenário nacional, com o Movimento, as lutas se intensificaram pela mudança nos mecanismos existentes, como a Febem e a elaboração de um Estatuto que garantisse os direitos de todas as crianças e adolescentes.

Para compreendermos as ações pedagógicas do Grupo é necessário nos aprofundarmos no conceito de Pedagogia Social, o que optamos por fazer com base na obra homônima (Pedagogia Social) da autora Maria Stela Graciani, onde é possível compreender como a pedagogia social surge, seus objetivos e os aspectos metodológicos, baseados na ação e reflexão, para que o indivíduo se torne consciente de si, de sua realidade e de seus direitos, para que seja um agente transformador não apenas individualmente, como também no coletivo. Graciani (2009), em outra obra, também caracteriza especificamente a Pedagogia Social de Rua definindo seus princípios, metodologia, instrumentos, atores sociais e como se estabeleceu sua relação com os movimentos sociais.

Desse modo, antes de conceituar a Pedagogia Social de Rua, é necessário compreender como e quando surge a educação popular, quais as correntes e propostas que se originaram em seu processo de consolidação. A educação popular surge em um momento de crise não só da educação formal, mas também nas questões políticas e sociais. Portanto, ela surge como alternativa para os modelos educacionais do Estado, que já não atendiam as demandas sociais. Aparece como um novo paradigma pedagógico, trazendo em seu eixo principal a formação do indivíduo para a transformação social.

O surgimento da educação popular se dá no mesmo momento em que os movimentos sociais estão em efervescência, tornando-se assim um meio de difundir, ampliar e consolidar suas práticas. Os princípios da educação popular têm sua base na pedagogia de Paulo Freire, com o objetivo de construir uma educação emancipadora. Graciani, por sua vez, afirma que:

Sua proposta metodológica educativa se inscreve como criadora das condições lúdicas para que o fazer educativo ocorra em um espaço de ação, reflexão e debate dos principais desafios e dificuldades, concatenados com a pluralidade dos acontecimentos cotidianos, possibilitando que o educando contextualize a sua realidade. Problematizando-a, ele pode se distanciar dela e criticar as múltiplas determinações de sua circunstância pessoal e social, como autor de sua própria história e com o apoio imprescindível do educador social. (GRACIANI,1014,p.38).

Assim, podemos entender que a educação popular surge em contraposição ao Estado, como resposta às demandas sociais que buscavam soluções urgentes para os conflitos sociais e, principalmente, no que se refere à situação das crianças e adolescentes, ao cenário de marginalização da infância pobre, de violências e negação de direitos. Portanto, primeiramente ocorre a mobilização dos setores populares, articulando assim movimentos em prol dessas crianças e adolescentes. A busca por soluções se baseava na análise do cenário para estruturar um novo projeto político pedagógico.

Uma das figuras principais neste processo é o educador social, que Graciani denomina “educadores populares-militantes”, pois o processo pedagógico não estará dissociado do ato político. Essa é uma das bases da educação popular e, por isso, “vamos entendê-la como posição política e político-pedagógica, um compromisso com o povo mediante o conjunto de sua educação e não somente na educação, mas em seu sentido totalizador”. (GRACIANI,2009,p.52-53). Essa característica se baseia na teoria freireana de que o indivíduo é capaz de refletir sobre si e buscar alternativas de mudança como sujeito da história.

A Pedagogia Social de Rua é um método da educação popular, pois se caracteriza por ser uma “educação libertadora”, em que o olhar sobre o educando é diferenciado, já que este é percebido como um sujeito histórico que contém suas experiências e conhecimentos. Também é necessário compreender a realidade e o cotidiano dessas crianças

e adolescentes para que a construção da ação social seja efetivada mesmo diante das problemáticas que podem surgir durante todo o processo educativo por causa do espaço da rua, que é caracterizado por conflitos e tensões, sendo assim necessária a flexibilidade dos educadores sociais. Graciani define a metodologia deste processo educativo como:

A ação educativa nesse âmbito constitui-se num processo de criação e recriação do conhecimento que parte de uma determinada teoria dialética do conhecimento, pois parte da prática, teoriza sobre ela e volta à prática para transformá-la, ou seja, parte do concreto, realiza um processo de abstração e regressa ao concreto, num movimento reflexivo, crítico e sistematizador – ação/reflexão/ação. (GRACIANI, 2009, p.72-73).

Nesse sentido, podemos compreender que a ação dos educadores sociais do Grupo foi construída a partir da perspectiva da chamada “Pedagogia Social de Rua” e que, segundo a concepção da organização, também era compreendida como ações político-pedagógicas, objetivando a reflexão da realidade e a conscientização das crianças e adolescentes através dos estímulos no processo educativo. Esta também era basicamente a mesma concepção do Movimento, que Pereira caracteriza em seu texto:

Em relação ao socioeducativo só foi possível a partir da pedagogia social de rua que buscava a emancipação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Essa prática, baseada em uma metodologia de intervenção que deveria acontecer nos espaços das ruas para ressocializar os meninos e meninas que viviam em condições

subumanas nos espaços dos grandes e pequenos centros urbanos, visava construir possibilidades reais; promoção cognitiva e social para que eles/as saíssem da marginalidade imposta, em parte, pelo sistema econômico e social do país. (PEREIRA, 2011, p.132).

A criança e o adolescente eram percebidos como sujeitos em fase de desenvolvimento peculiar, cujas realidades os educadores sempre buscavam compreender, através da observação no seu espaço de vivência, que é a rua. Portanto, é partir dessa observação e dos primeiros contatos que acontecem neste espaço que os educadores constroem suas práticas educativas, enfatizando seu universo e aproximando-se dele. Essas ações pedagógicas, através da “pedagogia do desejo”, que tinham como metodologia a exploração do lúdico, visavam o autoconhecimento para conscientização e o despertar, na criança e no adolescente, do desejo por mudança. Como afirma Tainara de Jesus Souza sobre o protagonismo infantil, que também estava presente nas ações do Movimento:

A criança e o adolescente eram vistos como sujeitos da situação que possuíam autonomia e capacidade de refletir acerca das suas condições de vida. Partindo deste pressuposto, os educadores iam ao encontro desses jovens no local em que eles se encontravam, sujeitos às más condições de vida, ausência dos pais, abandono, o que fazia o governo, e alguma parte da sociedade, tratá-los como “trombadinhas”. (SOUZA,p.2, 2013).

O Grupo era composto por 14 educadores, com formação em várias áreas, tais como: pedagogia, serviço social, técnicos

agrícolas, contabilidade, administração e também nos saberes ditos “informais”, como dança, percussão, serigrafia, teatro e questões culturais. Os educadores do Grupo estavam sempre engajados em ações formativas, principalmente as que ocorriam no Centro de Formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Também participavam das ações e eventos promovidos pelo Movimento e, para além disso, de 1989 a 1995, dois educadores do Grupo foram eleitos coordenadores estaduais em três gestões do MNMMR. De 1995 a 1997, uma educadora do Grupo foi eleita conselheira nacional, representando o Movimento de Pernambuco e, em 1998, um educador é referendado como suplente do Conselho Nacional do Movimento.

A organização participava sempre dos eventos de sensibilização e mobilização pela conquista de direitos para as crianças e adolescentes. Colaborou ativamente na fundação do Centro de Articulação Retome Sua Vida, na elaboração da Lei Orgânica Municipal do Recife e no processo de elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Por estar sempre presente no cotidiano das crianças que viviam nas ruas do centro do Recife, em diversos pontos estratégicos de ação, o grupo também estava sempre fazendo denúncias das violências que as crianças e adolescentes em situação de rua sofriam, até mesmo acerca de assassinatos desses meninos e meninas, o que havia aumentado consideravelmente no período.

Diante dessa realidade, a instituição buscou estratégias

de ação político-pedagógica para que este quadro fosse transformado, inclusive a partir do protagonismo das crianças e adolescentes. Portanto, baseou-se na Pedagogia Social de Rua dividida em etapas de ação, sendo a primeira delas a paquera pedagógica ou abordagem, que é a fase de aproximação e conhecimento do educador para com a criança, momento no qual se inicia o diálogo pedagógico por meio da conversa e de outras atividades que permitem ao educador tomar conhecimento da realidade das crianças e adolescentes. Em segundo lugar, o namoro pedagógico, etapa em que a criança estabelece vínculos com o educador, por meio do convívio diário, e passa a realizar atividades sistemáticas como a confecção de objetos artesanais e jogos específicos. Em terceiro lugar está o aconchego pedagógico, que é o encaminhamento da criança para um abrigo, o Centro Educacional Vida Nova - Capim de Cheiro e a Escola dos Jovens Trabalhadores.

Durante o processo inicial, as atividades propostas pelos educadores aos educandos se caracterizam por serem lúdicas e culturais, como a confecção e apresentação de mamulengos, capoeira, frevo, brinquedos populares, tapeçaria e também festas e eventos temáticos (São João, Carnaval, Natal, entre outros). Estendia-se também a participação dessas crianças e adolescentes nos processos de luta, como na elaboração do ECA, quando existiam os Núcleos de Base do Movimento, onde eles promoviam debates e atividades voltadas não só para os educadores, mas também para essas crianças, no sentido de formar consciência crítica e cidadã.

Considerações finais

O trabalho da organização se estende também depois dos encaminhamentos. Buscando dar continuidade às atividades pedagógicas iniciadas no espaço da rua, no Sítio Capim de Cheiro a criança também passa por outras três etapas, que são: Cheirar, Experimentar e Vivenciar. Todas as fases são articuladas de forma que a criança vivencie experiências novas e distantes da sua realidade caótica nas ruas, um processo longo que pretende respeitar o tempo e os desejos de cada criança ou adolescente.

A articulação existente entre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Grupo Ruas e Praças foi reflexo do cenário da década de 1980, pois através da mobilização coletiva foi possível estabelecer relações de dimensão política e social para a construção de novas práticas em relação às crianças e adolescentes em situação de abandono social nas ruas do Recife durante aquele período. Foi possível perceber a importância da Pedagogia Social de Rua através do Movimento e do Grupo na luta pelos direitos das crianças e adolescentes e contra sua violação, como também em influenciar outros movimentos e instituições.

Este trabalho também pretendeu contribuir para a construção da história da infância e da educação popular no Recife, tendo em vista a importância desse tipo de pedagogia na luta pelos direitos das crianças e adolescentes

e contra sua violação, sendo um dos eixos centrais das ações de enfrentamento ao abandono social desses meninos e meninas, assim como os coloca como protagonistas e agentes transformadores da sua história. Também é relevante contribuir para a historicidade do Grupo Ruas e Praças, com o foco nas suas práticas pedagógicas e relação com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, reafirmando a prática educativa voltada para a transformação social com a participação de vários segmentos sociais.

Fontes documentais

JANSSEN, Adriano. Por que tem meninos e meninas de rua. Olinda: CCS Gráfica e Editora, 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Organização de meninos e meninas de rua; A arte de Educar para a Vida. Recife, Comissão Estadual de Pernambuco (MNMMR), 2002.

Referências bibliográficas

CARLOTO, Cássia Maria; CAMPOS, Luana Garcia. Mas, afinal por que a rua? Serviço Social em Revista. Editora UEL, v. 11, n. 2, jan/jun 2009. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/70%20MAS%20AFINAL%20PORQUE%20A%20RUA.pdf>>

DUARTE, Luiz Cláudio. Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico. *Vértices*, ano 3, nº 1, p. 33-37, março. 2000. Disponível em: < <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20000006/145>>

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, nº 47, 333-361 2011.

_____, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In Org. DANILO R. STRECK & MARIA TERESA ESTEBAN. *Educação Popular; Lugar de Construção Social Coletiva - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.*

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia Social*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. *Cúmplices na sobrevivência: ONGs populares e infância desassistida*. Recife: FJN, Ed. Massangana, 2001.

SOUZA, Tainara de Jesus. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a conquista de direitos: o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

A CASA DE PASSAGEM E AS MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO RECIFE (1980-1990)

Ana Gabriella do Espírito Santo

O Regimento do Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente, conhecido como Casa de Passagem, registra que a instituição civil é uma organização sem fins lucrativos, enquadrada juridicamente como entidade não governamental, localizada na cidade do Recife, Pernambuco. Fundada em 1989 pela advogada Ana Vasconcelos e a psicóloga Cristina Mendonça, instituiu-se com o objetivo de promover o atendimento “bio-psico-sócio-educativo a meninas em situação de rua e de abuso sexual, dando visibilidade à questão da violência doméstica e sexual sofrida por essas meninas num momento em que o País se redemocratizava.” (CARAVELAS, 2008, p.43).

A instituição foi fundada um ano antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, emergindo a partir do questionamento sobre a falta de políticas públicas e instituições de acolhimento direcionadas às meninas em situação de rua na cidade do Recife. O Brasil estava vivendo um processo de redemocratização pós-ditadura civil-militar (1964-1985), um cenário político e social marcado

pela abertura política, em que os movimentos sociais ascenderam em busca de reivindicações ao governo sobre suas medidas ou por sua ausência.

Segundo o historiador Marcos Napolitano, esse cenário “visava muito mais perpetuar os princípios de ‘segurança e desenvolvimento’ dentro de uma nova ordem constitucional do que democratizar efetivamente o Brasil”, ainda tomando medidas de censuras, cassações e torturas. (NAPOLITANO, 2015). Logo, não havia possibilidade de conciliação quando sujeitos ainda tinham sua liberdade individual e coletiva repreendida por práticas estatais sistematizadas, somadas a negações de seus direitos, mesmo que básicos. Esse cenário foi marcado pela emergência e fortalecimento de movimentos sociais e populares que se articularam, possibilitando o protagonismo de novos sujeitos coletivos. Essa entrada de novos atores políticos demarcou um novo campo de atuação da sociedade civil na vida pública do País.

De acordo com a socióloga Maria Glória Gohn, podemos entender movimentos sociais como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas para que a população se organize e expresse suas demandas. Esses atores, reconhecendo-se como sujeitos de direitos, mobilizaram-se não apenas em busca do fim da ditadura civil-militar, mas também em busca da reconstrução de valores sociais e democráticos por meio de suas mobilizações. “Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia [...]

até as pressões indiretas” (GOHN, 2011, p. 335).

A emergência desses movimentos sociais populares na década de 1980 possibilitou a entrada de novos sujeitos coletivos na sociedade brasileira. Atuando junto aos movimentos na década de 1980, as Organizações Não Governamentais (ONGs) eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares na luta contra o regime militar e pela redemocratização do País, preocupando-se em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudando na organização e muitas vezes na conscientização dessas organizações (GOHN, 2008, p. 89).

A pesquisadora Cleide Oliveira afirma que ONG é uma terminologia utilizada para abrigar organizações não pertencentes ao aparelho estatal, sem fins lucrativos (OLIVEIRA, 2001). Para Céli Pinto, as ONGs são uma via para pressionar o Estado e instrumentalizar as demandas da sociedade civil, muitas delas relacionadas com temas não tão explorados pelos partidos políticos tradicionais – sendo esses também, de certa forma, pressionados para repensar seus projetos políticos de acordo com as necessidades e lutas de “novos atores sociais”. (PINTO, 2006 apud CADORE, 2014, p. 6).

Segundo Gohn (2013), nos anos 1980, apesar de as ONGs serem, em sua maioria, contra o Estado, elas contribuíram para a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Assim como os movimentos sociais, as

ONGs se organizaram em diversos segmentos e a luta pela garantia e promoção dos direitos da criança e do adolescente conquistou seu espaço dentre eles.

Junto a esse cenário de reivindicações sociais pelas políticas públicas estava o movimento feminista, com lutas baseadas na liberdade da mulher nos espaços público e privado. No Brasil, as primeiras manifestações apareceram já na primeira metade do século 19 e foram se fortalecendo com o passar dos anos, motivadas pelo não acompanhamento do protagonismo feminino na sociedade. Nesse cenário, o movimento feminista também incluiu em sua pauta a luta pela defesa das meninas e mulheres em situação de rua, visto que esse abandono social ainda permanecia invisibilizado, contribuindo com problematizações acerca das realidades vividas pelo seu público.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, legislação voltada à promoção e garantia dos direitos do público infantojuvenil, a preocupação com esses sujeitos e sujeitas tomou um novo rumo, e o olhar às meninas começou a ser mais direcionado:

Com mais força a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o Estado brasileiro buscou implementar políticas sociais que alterassem as condições de vida de crianças e adolescentes pobres brasileiros. Já nessa época, os grandes desafios em relação à população infantojuvenil feminina foram detectados em três campos: nas relações de trabalho, na gravidez precoce

e na exploração sexual. Um esforço maior passou a ser feito no sentido de estender o saber escolar às meninas pobres como parte dos chamados “direitos sociais”. (AREND, 2012, p. 81).

As décadas de 1980 e 1990 foram cenários de efervescência de pautas e ideias baseadas em direitos voltados a diferentes áreas político-sociais, especialmente às crianças e mulheres. Para compreender a atuação de organizações no campo da infância direcionadas às meninas, faz-se imprescindível trazer a conhecimento as mais diferenciadas situações de abandono sofridas pelas crianças e adolescentes que viviam – e ainda vivem – em situação de rua, sobretudo quando fazemos o recorte de gênero.

Quem eram essas meninas?

O cenário doméstico dessas meninas era composto, em grande parte, por famílias matrifocais, ou seja, famílias que tinham a mulher no papel de mantenedora do lar, tendo o pai biológico ausente, levando a mãe a ter diferentes parceiros ao longo de sua vida. As causas do aparecimento desse arranjo doméstico são, basicamente, a pobreza e o desemprego, fatores que interferem na estrutura interna familiar (MENDONÇA, 2010). Resta à mulher as funções de provedora e gerenciadora da casa e, como consequência disso, a ida das filhas e filhos ao mundo do trabalho.

Quando essas crianças, especialmente as meninas, eram

“forçadas” a irem trabalhar fora de casa – embora algumas vezes essa ajuda se desse no próprio afazer doméstico – já era esperado delas um amadurecimento precoce para enfrentar um mundo de negação à infância. Todavia, outros fatores domésticos propiciavam a saída das meninas de casa, como o abuso de poder, principalmente entre mãe e filha, explicitado na violência física e psicológica. A pesquisadora Viviane Guerra compreende que a violência doméstica contra crianças e adolescentes:

Representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes, ou responsáveis que, sendo capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição de desenvolvimento”. (GUERRA, 1998, p. 32, apud MENDONÇA, 2010, p. 42).

Esse tipo de violência transforma a diferença de idade entre criança e adulto em um instrumento de poder gerador de negação de direitos. A psicóloga Cristina Mendonça traz em seu trabalho que essa relação de poder/violência constitui a imagem de “boa mãe”, aquela que disciplina para educar e educa para que suas filhas sejam boas cidadãs. (MENDONÇA, 2010).

A relação entre mãe e filha era quase sempre marcada por violência, seja ela física, psicológica ou simbólica, e isso refletia no modo como a menina enxergava a si e a vida, levando-a a recorrer a outros tipos de acolhimento.

Mas nem só a mãe as violentavam, os pais também tinham papel fundamental na negação desses cuidados. Todavia, a família matrifocal é composta, muitas vezes, por maridos rotativos, o que propiciava que a violência causada às meninas viesse de vários homens diferentes ao longo de sua vida.

Porém, nem só os fatores domésticos levavam as meninas a ir para as ruas. Muitas delas eram vindas da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que era responsável, oficialmente, pelo atendimento às crianças e aos adolescentes que viviam em situação de abandono. A Febem se apresentava como a instituição ideal para promover a ressocialização das crianças e adolescentes, mas sua estrutura interna e seus métodos de “cuidado” não eram condizentes com sua fala. De acordo com os relatos de memória:

Na Febem as tias deu em mim, sabe? Com cipó aqui; e isso aqui foi que eu arranhei com berilo (...) com raiva porque elas deu em mim (...)... os monitor também, cada homem grandão. (...) levava nós pro Juiz, ele não acreditava em nós porque eu era uma maloqueira, não é tia? (...) Me revoltava, quando eu saía de lá eu fazia pior”. Carmem, 19 anos (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 53).

Segundo o historiador Humberto Miranda (2014), “a instituição é lembrada como um local de práticas de agressão e de maus tratos, que utilizava da força física para garantir o bom comportamento das crianças e dos adolescentes que ali estavam aprisionados”.

Quando se tratava das meninas, essa situação era ainda agravada. Mesmo que perante a lei esses sujeitos fossem destituídos de sexo, na prática as punições e os delitos eram designados aos menores de acordo com o gênero, ou seja, antes mesmo de ser menor, a menina é seu sexo, seu corpo.

As representações de gênero devem ter conduzido as interpretações de seus operadores, chegando a prevalecer em relação a certos princípios norteadores daquele tempo (com as noções de assistência e proteção à minoridade, inscritas em seus fundamentos), e que lhe garantiriam sua especificidade. Em outras palavras, também nos antigos Juizados de Menores, as meninas e as jovens teriam sido submetidas na representação da mulher. Portanto, na Justiça de Menores, meninas e jovens, a quem foram atribuídas práticas de atos transgressores, sofreram, muito provavelmente, as consequências de sua dupla condição: eram mulheres e menores. (BRITO, 2007, p. 101).

Os marcadores de gênero ficavam mais acentuados diante dessa relação de poder evidenciada a partir dessa dupla condição das meninas. Elas sofriam abusos sexuais dentro da instituição, e essas ações eram legitimadas pelo discurso de violência como punição social para a “má conduta” da menina “perdida”, assim como a exploração sexual era usada como moeda de troca entre os monitores da instituição e essas meninas.

Todavia, a violência se dava para além da sexual, havia a violação de direitos básicos como alimentação, higiene e bem-estar na Febem. As meninas internadas na instituição viviam em condições sub-humanas, muitas vezes era um

espaço de desrespeito e maus tratos, o que levava muitas delas a fugirem. Essas fugas eram uma forma de resistência à privação de liberdade que elas viviam na instituição, e muitas delas viviam nesse ciclo: da rua para a Febem, da Febem para a rua.

As meninas buscavam nas ruas a liberdade que elas não detinham em casa – lugar que deveria garantir cuidado, proteção e aconchego – e nem na Febem – instituição que deveria garantir os direitos, mesmo que básicos, às crianças que viviam em situação de abandono social –, mas quando chegavam lá se deparavam com uma nova prisão: drogas, prostituição, mundo do trabalho, fome, abusos de poder, marginalização social.

A faixa etária de maior incidência de ida das meninas às ruas se dava entre os sete e os onze anos. Essa transição acontecia por meio de grupos de amizade que aos poucos iam preenchendo o vazio deixado pela família. Esses grupos eram caracterizados pela solidariedade, de modo que uma protegia a outra, principalmente quando se tratava da questão da idade ou quando uma menina nova chegava às ruas. Essa proteção se dava na vigia da dormida, na divisão do alimento, como também na preparação da menina para a sobrevivência nesse novo espaço.

Esses grupos eram vistos como novas famílias e, muitas vezes, as meninas mais velhas eram vistas como referenciais de mãe para as meninas mais novas, pois além da proteção,

algumas meninas não deixavam as recém-chegadas correr o risco de roubar, pedir ou se prostituir.

Eu tenho mais carinho na rua com minhas amigas do que na minha casa. Na rua o que tem de bom são as amigas, encontrar com as amigas, dividir. Quando vem uma eu acompanho, eu faço aquilo pra ela, faço aquilo outro, o que eu puder, tiver ao meu alcance eu faço pra ela porque eu tou mais acostumada às minhas amigas do que com minhas próprias famílias. (...) Às vezes a gente briga, discute, mas como família mesmo, a gente como uma família. (...) Eu me criei com elas e quero, sei lá, caducá na companhia delas. Yana, 18 anos (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 44).

Essas novas relações possibilitavam às meninas o sentimento de pertencer a uma nova família que as acolhiam e as protegiam, fazendo com que o sentimento de solidão por ora fosse esquecido. Todavia, embora essas meninas muitas vezes vivenciassem isso nas ruas, elas não viam esse espaço como um bom lugar. Elas fugiam de casa pra sair da miséria e da violência e iam para as ruas porque não tinham outro lugar em que se sentissem acolhidas (VASCONCELOS, 1990, p. 43). Os motivos pra não gostarem das ruas vão desde passarem fome, frio, andarem sujas e terem a dormida arriscada até as agressões sofridas por policiais e outras meninas, os abusos sexuais e a discriminação.

Eu não gosto de nada, não vou dizer pra senhora..., na rua a gente tá dormindo assim, os policiais chegam, jogam água gelada na gente dormindo, mete o chute, mete as botas nas costelas da pessoa... passei assim sem andar de dor, quando andava doía... sem a pessoa fazer nada (...) policial que

quando pega não tem pena (...) os cara que tá lá dentro do carro aí, querendo matar mulher... mulher aí, quase todo dia é duas, três mortas de tiro. Joana, 19 anos (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 49).

Esses relatos mostram que a violência e a negação de direitos na rua não pertencem apenas ao âmbito material, como a falta de alimento e local para a dormida. Essa questão vai além, apresenta a violência praticada por pessoas pertencentes ao aparelho estatal e com o discurso de que sua presença é para a garantia da segurança, quando na prática isso se dá de forma contrária; mostra também a violência advinda da sociedade que, mesmo quando não se dá de forma física, deixa marcas nessas meninas.

Dentro desse cenário, as meninas precisavam adotar algumas estratégias para obter renda e sobreviver nas ruas. Destaco aqui três dessas estratégias: o ato de pedir esmolas, o roubo e a prostituição. A primeira estratégia geralmente era utilizada pelas meninas mais novas ou recém-chegadas, seja por não saberem como realizar as outras estratégias, seja pelo medo delas. No início essas meninas não iam sozinhas, quase sempre iam acompanhadas pelas mães que as induziam a pedir esmolas com a fala de “você tem que alimentar seus irmãos” – todavia, em alguns casos as meninas iam por vontade própria pelo sentimento de responsabilidade na renda familiar, e a mãe acompanhava para proteger –, além do fato da comoção se dar com maior frequência em relação às crianças pequenas.

“Mãe manda eu pedir. Ela diz: ‘Valéria, vá arrumar uma comidinha prá mim, eu estou com fome’. Aí eu digo: ‘Mãe, eu vou pedir? Eu estou muito grande, quando eu era pequena, tudo bem. Mas agora, se eu peço, os outros mandam eu arrumá emprego, sô xingada, ficam passando na minha cara”. Valéria, 16 anos (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 58).

Como o relato apresenta, à medida que as meninas vão crescendo, pedir esmola vai deixando de ser uma alternativa de sobrevivência eficaz, levando-as à segunda estratégia mencionada, o roubo.

“A primeira vez que roubei eu senti pena daquela pessoa que eu tava roubando e muito medo de ser presa e de apanhar. Porque eu não tinha idade e não sabia direito. Naquela hora eu tava tomando a bolsa da mulher, oxente, eu tava sem coragem nenhuma, eu tava com uma pena! Não queria fazer aquilo (...)”. Rute, 16 anos (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 60).

Elas não gostavam de roubar, tinham medo de ser pegadas, vergonha, mas a necessidade fazia com que as meninas buscassem todas as formas possíveis para a manutenção de sua vivência nas ruas. A junção do medo de roubar com o surgimento da puberdade e da vida sexual levavam as meninas à terceira estratégia, a prostituição. Elas achavam menos arriscado se prostituir, olhavam para as pensões como um local de proteção onde podiam dormir, comer e tomar banho. Locais que, apesar de arriscados, eram menos perigosos do que a rua.

Embora tenham sido citadas essas três estratégias, as formas de sobrevivência não se resumiam apenas a elas. Um exemplo de outra atividade é o tráfico. Todavia,

para realizar essas atividades as meninas precisavam de coragem, e para isso recorriam ao uso das drogas. Elas tinham consciência de que este uso fazia mal, mas as drogas as encorajavam a roubar, a se prostituir, e algumas não executavam essas atividades sem o efeito da droga. Esse uso também se dava para ajudar a lidar com a tristeza e até com a discriminação sofrida por elas. As drogas mais utilizadas eram maconha, Rupinol, cola, Artane, Bentil, Valium e álcool. (CASA DE PASSAGEM, 1997, p. 63; VASCONCELOS, 1990, p.72).

As meninas saíam de casa por sofrer diversos tipos de violência familiar, seja física, simbólica ou psicológica; fugiam da Febem por não terem seus direitos respeitados e sofrerem diferentes violações. Buscavam as ruas com a esperança de ser uma alternativa de cessar o sofrimento, mas esse novo espaço também era negador de direitos.

Ana Vasconcelos e a Casa de Passagem

Diante desse cenário de negação dos direitos, sobretudo às meninas, Ana Vasconcelos, militante das causas feministas e dos direitos de crianças e adolescentes, questionou-se sobre o porquê de não haver instituições que acolhessem especificamente as meninas em situação de abandono social, já que o Estado não cumpria com o seu papel garantidor desses direitos. Nessa questão, o trabalho proporcionou conhecer a história de Ana Vasconcelos e o que a levou a fundar a Casa de Passagem.

Ana Maria Pacheco de Vasconcelos nasceu no dia 22 de agosto de 1944, em Timbaúba (PE), onde viveu até os 13 anos, quando foi morar e estudar no Recife. Iniciou o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluiu na Faculdade de Direito do Recife. Trabalhou na Fundação Joaquim Nabuco e na Empresa de Urbanização do Recife (URB/Recife) e, em 1986, começou a trabalhar como vice-presidente da Legião Assistencial, órgão ligado à Prefeitura do Recife.

Um dos espaços de trabalho da Legião Assistencial era a Casa de Integração do Menor Trabalhador, onde Ana Vasconcelos teve contato com os chamados “meninos de rua”. Lá ela passou a se questionar sobre o motivo pelo qual esse local não atendia meninas, quando então decidiu sair em busca das meninas que viviam pelas ruas da cidade do Recife e começou a fazer grupos com elas para ouvi-las e compreender melhor a realidade social em que viviam.

A atuação de Ana nas ruas da cidade estava relacionada ao momento de redemocratização do País e à possibilidade da (re) organização do movimento em defesa dos direitos humanos e, mais notadamente, a articulação do movimento feminista, que, no Recife, assumiu a bandeira em defesa das meninas que viviam em situação de rua. (MIRANDA, 2014, p. 286).

Diante da ausência de políticas públicas para aquelas meninas, em 1987, foi apresentada a proposta de criação da Casa de Passagem à antiga Febem, no Recife. Essa proposta buscava convencer a sociedade da necessidade de promover um atendimento específico às meninas, adolescentes e suas

famílias que viviam nas ruas em situação de abandono social. Em 1988, Ana começou a elaborar projetos que ajudassem as meninas na luta pela sobrevivência nas ruas e, no ano de 1989, a Casa de Passagem foi fundada. O nome Casa de Passagem foi escolhido porque durante os encontros promovidos por Ana as meninas diziam que a rua era uma passagem para o inferno, de modo que a Casa seria a passagem para o céu, para a vida, a passagem para serem cidadãs.

A instituição se apresentou à sociedade com o objetivo de promover o atendimento a meninas em situação de rua e de abuso sexual. Atuou com três programas: Iniciação ao Trabalho (1990), Comunidade e Cidadania (1994) e Passagem para a Vida (1989). O primeiro programa atendia jovens entre 16 e 24 anos, com a finalidade de orientá-las, capacitá-las e encaminhá-las para o mundo do trabalho, proporcionando a elas o primeiro emprego por meio de parcerias com as empresas. O segundo trabalhava com jovens, mulheres e lideranças comunitárias, buscando promover a consciência política e a cidadania dentro das comunidades da Região Metropolitana do Recife. O terceiro – para o qual o presente trabalho atenta – atendia meninas entre 7 e 17 anos vítimas de violência doméstica e sexual.

O Programa Passagem para a Vida se voltava às meninas que viviam em situação de abandono social, “tendo como objetivo estratégico promover os direitos de cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

social, buscando, como resultado, a reestruturação da identidade, a inserção na família, na escola, na comunidade e na sociedade”. (MENDONÇA, 2008, p. 27).

A Casa buscava sedimentar seus trabalhos sob a escuta das meninas atendidas para compreender melhor a realidade em que viviam e o que elas sentiam, para a partir disso implementar sua ação. Inicialmente, o foco de ação estava orientado para a defesa dos direitos, da ampliação da autoestima das meninas e denúncia de violência contra as crianças que estavam expostas a todos os riscos que a rua oferece (CARAVELAS, 2008). O trabalho era realizado em cinco etapas: a primeira acontecia nas ruas, a segunda na própria Casa de Passagem, a terceira nas chamadas Casas Comunitárias, a quarta nas comunidades com alto índice de pobreza na cidade do Recife e a quinta era o Centro de Profissionalização de Adolescentes.

O trabalho realizado na primeira etapa teve início antes mesmo da criação do espaço físico da Casa. Ana Vasconcelos ia até as ruas para se reunir com as meninas e conhecer o seu cotidiano: “o dia a dia das ruas, os hábitos, os valores, os sentimentos, as esperanças, as possibilidades de sobrevivência, os ganhos, os desejos de mudança” (VASCONCELOS, 1990, p.76), e mesmo após a construção do espaço físico, esse trabalho continuou.

A segunda etapa se dava já no espaço físico da Casa de Passagem, que era aberto das 7h às 17h. Segundo

Caravelas (2008), lá elas tinham o cuidado com a saúde física (alimentação, vacinação, encaminhamento médico, higiene pessoal), saúde mental (escuta de apoio, terapias), e também recebiam atenção sociopedagógica assim como participavam de atividades culturais.

A Casa realizou também um trabalho de alfabetização, com a colaboração de uma professora, procurando adaptar essa nova atividade às necessidades das meninas, com a participação e sugestão delas. O espaço também tinha uma cozinha onde elas podiam fazer a sua própria comida, incentivando o trabalho em conjunto entre elas, como também possibilitando a participação da criação de algo que lhe era negado nas ruas: o alimento. (VASCONCELOS, 2005, p 15).

Na instituição as meninas recebiam, para além da alimentação, trabalho preventivo de saúde em ISTs/Aids e gravidez indesejada na adolescência, educação sobre hábitos de higiene, encaminhamento para a rede pública de saúde em relação ao autocuidado, e tinham acesso a espaço de lazer para a prática de esportes e recreação.

A terceira etapa se dava nas Casas Comunitárias, que eram espaços construídos pela Casa de Passagem, onde residiam meninas e jovens em situação de rua que não tinham família ou não queriam voltar para ela. Após vivenciarem o processo educativo no espaço físico aberto Casa de Passagem, muitas dessas meninas não queriam voltar para

as ruas, então elas passavam a morar em pequenos grupos nessas Casas. A quarta etapa se constituía da realização de um trabalho preventivo realizado nas comunidades de baixa renda na cidade de Recife. Esse trabalho era de assessoria popular, de multiplicar informações e refletir sobre a condição feminina e os direitos humanos. Realizado com crianças e adolescentes junto a mulheres, lideranças comunitárias e educadoras, discutia temas como violência, saúde, direitos de cidadania, filhos, trabalho, moradia, sexualidade, preconceitos. (VASCONCELOS, 1990, p. 77).

A última etapa consistia no Centro de Profissionalização de Adolescentes, para onde as meninas seguiam para se profissionalizar de acordo com seu desenvolvimento no processo educativo na Casa de Passagem. Essa etapa estava diretamente ligada ao Programa de Iniciação ao Trabalho, já mencionado neste texto.

Caravelas (2008) acreditava que, através dos conhecimentos adquiridos, crianças, adolescentes e jovens poderiam contribuir com outras pessoas criando formas de instrumentalização para intervir na realidade de negação de direitos na qual viviam. A instituição buscou não apenas garantir saúde, lazer e educação às meninas que sofriam violência doméstica e sexual, e posteriormente às meninas das comunidades, mas também realizar um trabalho de prevenção, em que as próprias meninas que passaram por lá ajudariam outras que quisessem seguir o mesmo caminho.

Considerações finais

A instituição acolhia essas meninas e lhes proporcionava uma alternativa à vida de exclusão que viviam nas ruas. Lá era o espaço onde elas podiam ser vistas, ouvidas e atendidas, onde poderiam ser as protagonistas. Às meninas que passaram pela Casa de Passagem foram apresentadas novas formas de perceber a si mesmas e ao mundo, de se cuidar e cuidar do outro com empatia, de poder ajudar outras pessoas que tiveram a mesma história de negação de direitos que elas. Junto à Casa, as crianças tiveram a possibilidade não de apagar seu passado, mas de construir um futuro diferente, com seus direitos garantidos, com dignidade.

É de relevância estudar a Casa de Passagem e compreender como uma instituição atendeu meninas em situação de rua em uma sociedade que vivia um período de redemocratização no qual a questão de gênero permeava fortemente os ideais. Em que essas meninas sofriam pela dupla condição de ser mulher e ser “menor”, como eram vistas pela sociedade. A instituição acolheu essas meninas e deu a elas uma nova possibilidade, uma passagem para o autoconhecimento, para a cidadania, uma nova passagem para a vida, como dizia Ana Vasconcelos.

Fontes documentais

CASA DE PASSAGEM. Meninas de Rua do Recife. Recife: Casa de Passagem, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria Pacheco de. Maracatu: moda: uma passagem para escola da vida. Recife: Ed. do Autor, 2005.

_____. SOS Meninas. Recife: Casa de Passagem, 1990.

Referências bibliográficas

AREND, Silvia Maria Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 65-83.

CADORE, Nathália Boni. As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990. In: XV Encontro Estadual de História: 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado, 2014, Florianópolis.

CARAVELAS, Luciana. A Casa de Passagem e a questão ambiental nas comunidades da Região Metropolitana do Recife. Recife: Casa de Passagem, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”. Revista Brasileira de Educação, nº 47, 333-361, 2011.

_____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MENDONÇA, Maria Cristina Vasconcelos de. Casa de Passagem no atendimento sistêmico à Criança, ao Adolescente e à Família. Recife: Casa de Passagem, 2008.

_____. Pedagogia da violência: as Relações de Poder entre Mãe e Filha. Recife: Edições Bagaço, 2010.

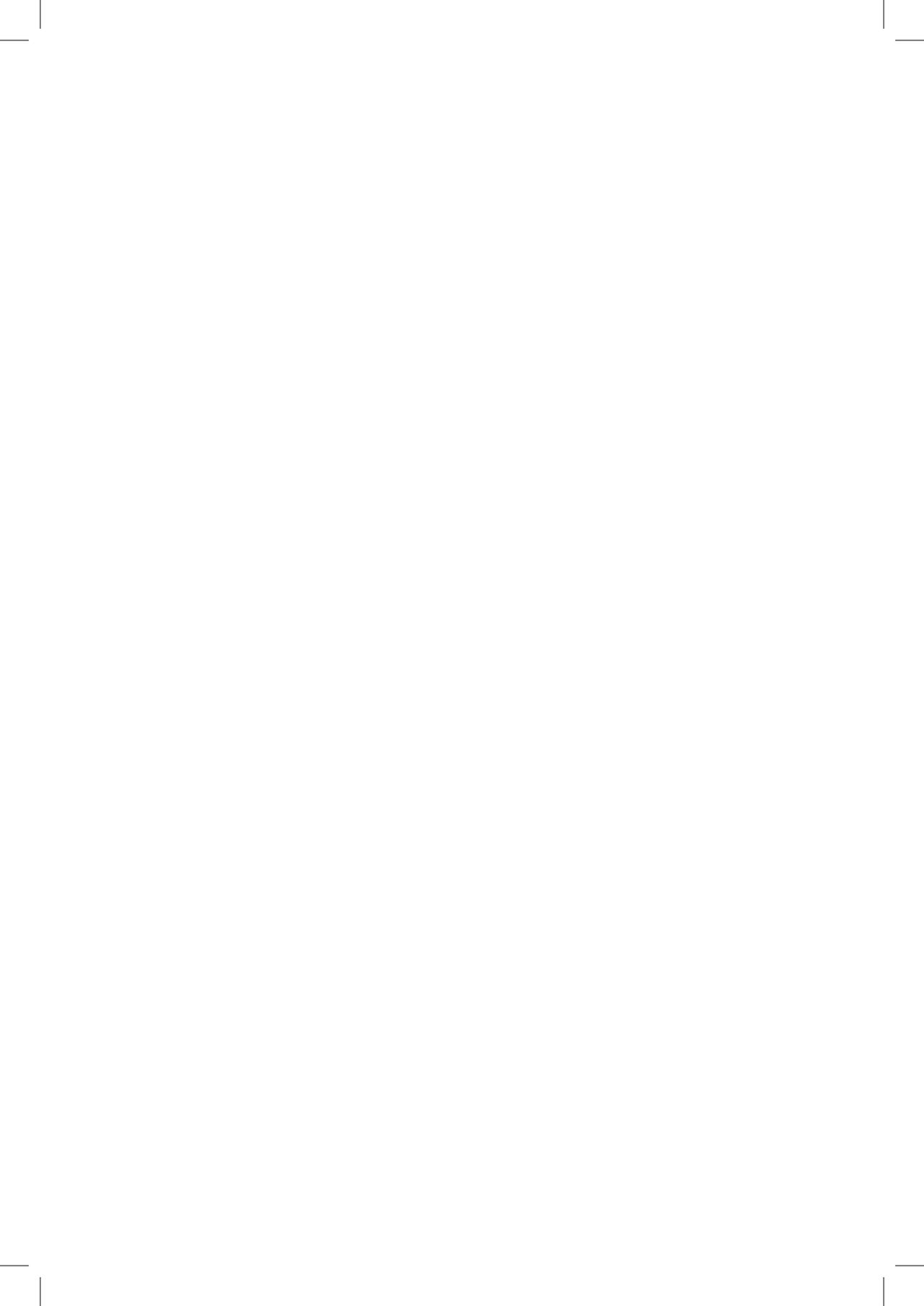
MIRANDA, Humberto da Silva. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Todo mundo na rua de blusa amarela. Revista de História da Biblioteca Nacional: 1985: Democracia do horizonte. Rio de Janeiro, v. 10, n. 114, p.1621, março 2015.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. Cúmplices na sobrevivência: ONGs populares e infância desassistida. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2001. 174 p.



E depois do
Estatuto da Criança
e do Adolescente?



CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO RECIFE E A VIOLÊNCIA EXTREMA

Elton Gleyson Oliveira da Silva

Em julho de 1990, o então presidente Fernando Collor promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Naquele cenário de controle social, mobilização política e reconhecimento de direitos, o “Estatuto deveria pautar as ações jurídicas, as políticas públicas e o que é mais importante, procurar construir uma nova sensibilidade em relação aos problemas sociais que atingiam as nossas crianças e adolescentes”. (MIRANDA, 2007, p. 17).

Ao analisarmos a década de 1990, especialmente após a promulgação do Estatuto, percebemos que algumas práticas, que são um claro desrespeito aos direitos humanos e uma afronta ao próprio Estatuto, permanecem com uma constante regularidade. Entre essas práticas está o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua, em todo o Recife e em todo o Brasil.

O extermínio de crianças e adolescentes acontece com mais frequência nos grandes centros urbanos brasileiros, como por exemplo o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e

Recife (SUDBRACK, 2004, p. 22). Já em 1988, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua tinha elegido o combate ao extermínio de crianças e adolescentes como uma de suas lutas prioritárias: “O fim do extermínio tornou-se a palavra de ordem do MNMMR” (MNMMR; Ibase; NEV-USP, 1991, p. 15-16). No Recife, o jornal *O Grito* foi utilizado como canal de denúncia e enfrentamento do extermínio.

A história não é uma ciência do passado. O passado, simplesmente, não é objeto da ciência (BLOCH, 2001, p. 52). No entanto, a história é uma ciência de reflexão de fatos que aconteceram no passado com o olhar para os problemas sociais vivos do nosso tempo. Nessa perspectiva, este artigo busca analisar os motivos da persistência do extermínio dessas crianças e adolescentes no Recife após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir do jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*. O recorte temporal escolhido, 1990-2000, visa contemplar as ações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) nos dez anos que se seguiram à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

O historiador Helvio Alexandre Mariano aponta que as pessoas em situação de rua sofrem historicamente violências e criminalização institucionalizada, sendo uma prática que surge no Brasil nas décadas finais do século 19 e início do

século 20. Muitas dessas crianças, adolescentes, homens e mulheres, não tinham outra opção de sobrevivência que não fosse as ruas, até então um espaço “democrático” (MARIANO, 2015, p. 1):

O ato de viver/sobreviver nas ruas, espaço democrático e ainda sem proprietário definido, acaba por se tornar a última escolha de tantos homens e mulheres que dela fizeram morada, desafiando olhares, leis e normas cada vez mais excludentes. Os corpos que vagavam entre caminhos ainda tão mal traçados, aos poucos se tornam objetos de uma ira constante que unia médicos higienistas, polícia, Judiciário e imprensa. (Ibidem, p. 1 e 2).

Vale salientar que “rua” é utilizada em termos mais amplos, incluindo-se casas, terrenos baldios e casas não habitadas (SUDBRACK, 2004, p. 22). Essas classes são tidas como “perigosas”, termo usado constantemente nos primórdios da República brasileira que, ao tentar modernizar o País, não o preparou para as contradições da nova forma burguesa de organização social: alta concentração populacional em cidades não planejadas, aumento do número de pobres e famintos, aumento da criminalidade urbana e a não adequação à nova forma de produção.

Sobre esse controle de determinados agentes sociais (no nosso caso, os meninos e meninas em situação de rua na República), Michel Foucault (2016) aponta que o Estado, a partir do século 19, na tentativa de proteger o corpo social como um todo, passa a empregar, em vez das formas monárquicas de restauração da “integridade do corpo do monarca”, “receitas terapêuticas, como a eliminação

dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes” (p. 234). Para levar adiante esse projeto, cria uma nova arte de governar a vida de todos aqueles que compõem o corpo social. Essa nova “governamentalidade”, para o filósofo, surgiu da necessidade de serem melhor demarcadas as relações entre “segurança, população e governo”. (p. 407).

Precisamos caracterizar o que são essas mortes violentas e em que circunstâncias se dão. Segundo relatório elaborado pela Comissão de Controle e de Prevenção do Extermínio do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul, composta por representantes do Ministério Público, da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Movimento Nacional dos Meninos de Rua, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Pastoral do Menor, o extermínio de crianças e adolescentes:

É a ação individual ou de grupo, concebida e organizada com o fim da eliminação, por qualquer meio, de criança ou adolescente considerado ou suspeito de se encontrar em situação de risco pessoal e social ou para ocultar práticas delitivas (BRASIL, 1994, p. 8-9 apud SUDBRACK, 2004, p. 23).

Para que haja extermínio, a ação final tem que ser a morte e, a vítima, criança ou adolescente. Vale ainda ressaltar que as vítimas, em sua maioria, não cometeram nenhum tipo de ato infracional (o que mesmo assim ainda não justificaria as mortes) e são mortas apenas por serem consideradas um incômodo pelas classes dominantes, que buscam uma higienização cada vez mais constante da população brasileira (SUDBRACK, 2004, p. 23).

A vida desses meninos e meninas é banalizada por qualquer motivo; não merecem ser conservadas. É “a vida nua, isto é, a vida matável e insacrificável do *homo sacer*” (AGAMBEN, 2007, p. 16). É a vida “precária” que “não é passível de luto” (BUTLER, 2015, p. 13). Nas ruas do Recife, nos idos de 1990, “o extermínio vira processo histórico no qual o homem apenas faz ou sofre aquilo que, de acordo com leis imutáveis, sucederia de qualquer modo”. (ARENDDT, 2012, p. 483).

“O Brasil já encontrou a forma de tirar suas crianças da rua: matando-as”

Essa frase foi originalmente publicada pela seção britânica da Anistia Internacional para divulgar os resultados da pesquisa “Crianças e adolescentes no Brasil: a vida silenciada”. Essa pesquisa foi coordenada pelo MNMMR, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, assessorados pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, e causou uma crise diplomática com o governo brasileiro, que só é solucionada com uma retratação por parte da Anistia pela forma como a pesquisa foi divulgada, “sem que se deixasse de reafirmar, no entanto, a existência e a gravidade do fenômeno no Brasil” (MNMMR; Ibase, NEV-USP, 1991, p. 19). Em suas publicações, reuniões e encontros nacionais, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi uma das primeiras organizações a denunciar o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

A partir deste ponto passaremos a analisar algumas notícias vinculadas no jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*. Durante todo o período estudado, essa publicação foi

o principal meio de divulgação das ideias e propostas do MNMMR na cidade do Recife.

O jornal *O Grito* pertence ao que se chama de “imprensa alternativa ou nanica”. Essa imprensa aparece em vários momentos da História do Brasil, mas sua presença é acentuada nos momentos de crise política e ditaduras. Cumpre basicamente o papel de denúncia do governo vigente e de suas ações, bem como critica as pautas da chamada “grande imprensa”, responsável por perpetuar o discurso dito como “oficial”. (AMORIM, 2007).

As edições do referido jornal foram pesquisadas nos acervos digitais sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, disponíveis no Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN). Escolhemos duas notícias vinculadas em *O Grito* para a nossa análise: a primeira do ano de 1990, logo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A outra de 1991, ano em que a “CPI do Extermínio”⁸ vem a Pernambuco para conduzir investigações.

⁸ Para apurar essa situação de extermínio, a Câmara dos Deputados inaugura, em maio 1991, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a partir do requerimento da deputada Benedita da Silva (PT), subscrito por Rita Camata (PMDB) e Célio de Castro (PSB) e com o apoio de mais 187 deputados (CARDOSO, 2017, p. 1). A CPI foi resultado de fortes pressões da sociedade civil organizada e de movimentos sociais – entre eles o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua –, que anteriormente já vinham realizando relatórios e denunciando o extermínio.

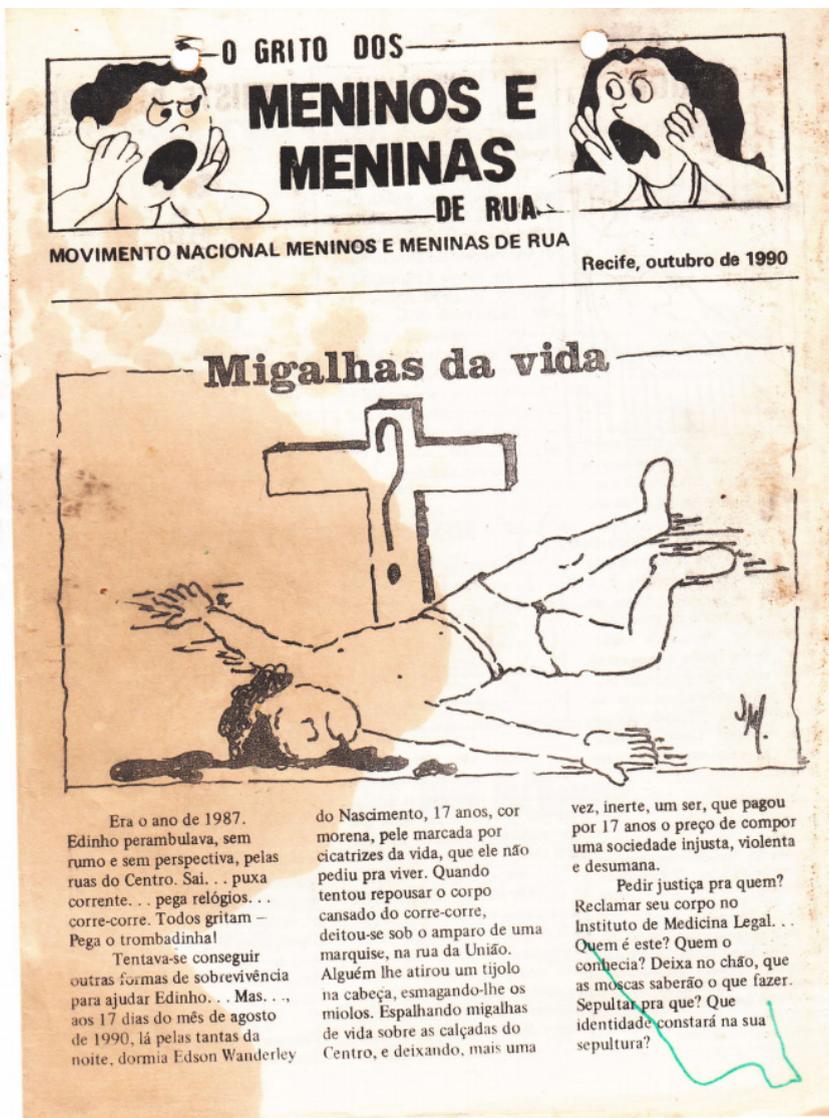


Figura 01: Capa da edição de outubro de 1990, do jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*. (Fonte: Acervo MNMMR- LAHIN).

Iniciaremos analisando a capa da edição de outubro de 1990 do jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*. Nela, as crianças, os adolescentes e os educadores sociais denunciam a morte de um adolescente na rua da União, no bairro da Boa Vista, região central do Recife. O adolescente, de apenas 17 anos, vítima do complexo cenário político, social e urbano do Brasil nos anos de 1990, pagou o “preço de compor uma sociedade injusta, violenta e desumana”.

A matéria descreve a vida do adolescente, um menino em situação de rua que precisava “puxar corrente e pegar relógios”. Analisando os dados, concluímos que aqueles atos infracionais eram cometidos para se conseguir alimentação e/ou para uso de drogas. A ação de cometer atos infracionais para saciar a fome revela e confirma uma das características defendidas em nosso trabalho: o extermínio de crianças e adolescentes não é uma ação isolada, pelo contrário, é um movimento que envolve e articula fatores como o discurso político que sustenta a ação de exterminar e o aumento da violência urbana e das desigualdades sociais no País.

Ainda segundo o jornal, o adolescente dormia embaixo de uma marquise quando foi atingido na cabeça por um tijolo lançado do alto do prédio. Gostaríamos de realçar alguns aspectos desse crime que o configuram como extermínio: existe uma intencionalidade na ação (não se joga acidentalmente do alto de um prédio um tijolo) e contra um grupo específico (como o próprio *O Grito* informa, já se conhecia o adolescente como

“trombadinha” que vivia nas ruas da cidade); podemos inferir que existe um certo entendimento das leis, superando o direito estabelecido (ARENDDT, 1990, p. 227 apud CRUZ-NETO & MINAYO, 1994, p. 199), que legitima essa ação, uma vez que ela tem o caráter de “eliminar um trombadinha da sociedade”. “O extermínio se constrói dentro da ideia de limpeza social”. (Ibidem, p. 204).

A edição traz ainda uma série de denúncias que elucidam bastante o descaso do Estado brasileiro no que se refere à responsabilização dos culpados e amparo às vítimas, que continuam a sofrer os arranjos desse cenário político, social e urbano até depois de suas mortes: questionam se o Instituto Médico Legal irá prestar a devida assistência que lhe compete (“Deixa no chão que as moscas saberão o que fazer”) e se elas terão identidade em suas sepulturas.

A imagem que ilustra a morte violenta empreendida contra o adolescente retrata-o estirado, utilizando poucas peças de roupa, apontando a pobreza e a miséria humana em que estava envolto. Ao fundo, vê-se uma cruz com uma interrogação. A cruz, símbolo cristão usado tipicamente no mundo ocidental para indicar a morte e seu luto; a interrogação, que nos leva a questionar: existiria luto por esse menino exterminado? Ou ainda: a justiça será feita por essa morte? Ainda sobre a representação do adolescente morto, é possível perceber que o corpo se encontra em posição de crucificação. Ressalta-se a forte presença de elementos religiosos permeando a ilustração.

Numa notícia, vinculada em setembro de 1991⁹, temos o assassinato de um menino de 12 anos em frente a um supermercado na avenida João de Barros. Novamente percebemos a intencionalidade da ação: ele foi vitimado com um tiro no peito e dois nos olhos. O texto informa que os parentes estariam com medo de prestar declarações temendo represálias – prática costumeira entre famílias de crianças e adolescentes vítimas de mortes violentas – o que indica a ação dos chamados grupos de extermínio.

Esses grupos de extermínio, ou justiceiros, se formaram ainda durante a ditadura civil-militar e funcionavam, na década de 1990, como grupos paramilitares incumbidos de fazer “justiça” com as próprias mãos. Possuíam legitimação entre a população que, cansada da insegurança e da incompetência do poder público, passa a caracterizá-los como seu porto seguro. Com o passar do tempo, esses grupos de extermínio vão se envolvendo com mais atividades ilícitas.

Segundo o jornal, o pai do adolescente trabalhava na Secretaria de Educação de Pernambuco mas não pôde assegurar o direito à educação ao menino em situação de rua. Outro fator também merece atenção: “... é mais um filho de trabalhador que é morto como um cão porque cheirava cola”. Temos aí

⁹ De todas as edições do jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua* analisadas durante a nossa pesquisa, a edição de setembro de 1991 é a única que possuía em todas as suas páginas notícias que traziam denúncias de mortes violentas empreendidas contra crianças e adolescentes no Recife. Acreditamos que esse fato se deva aos trabalhos da “CPI do Extermínio”, que lançaria seu relatório final no ano seguinte, e que visitou Pernambuco no período.

a indicação de que existia uma motivação para o assassinato do menino, tentando limpar a cidade dos “cheiras-cola”: “as vítimas preferenciais do extermínio se expressam em segmentos e camadas identificadas por possuírem atributos que importunam e se tornam insuportáveis a seus potenciais aniquiladores”. (CRUZ-NETO & MINAYO, 1994, p. 203).



Figura 02: Capa da edição de setembro de 1991 do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. (Fonte: Acervo MNMMR- LAHIN).

A imagem utilizada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua para ilustrar a matéria noticiada é reveladora: o menino estendido no chão e um homem e uma mulher com expressão de indiferença prosseguindo suas compras no supermercado como se nada tivesse acontecido. “O sacrifício da parte em favor do todo, a extirpação da porção maldita, faria a sociedade encontrar seu estado ideal de normalidade, ou retornar ao mesmo” (Ibidem, p. 2014). A forma como o adolescente é representado na imagem aponta que ele foi “jogado fora”, foi posto para fora. Novamente as poucas peças de roupa nos levam à pobreza em que esse adolescente estava inserido. A impressão de uma situação de impunidade e injustiça cerca a cena ilustrada.

Considerações finais

Após nossas análises e ponderações, consideramos que o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua na década de 1990 é uma forma de limpeza social apoiada, e muitas vezes orquestrada, por uma elite que usufrui do poder e que historicamente já vinha discriminando e perseguindo aqueles, entre eles crianças e adolescentes que viviam nas ruas, desde os finais do século 19. Colaboraram para esse quadro a ineficiência do Estado brasileiro em gerir os problemas que há anos vinham se acumulando no País: fome, pobreza, violência e desigualdade social.

Também o Estado e seus agentes, especialmente a Justiça, o IML e as polícias Civil e Militar foram omissos em vários

casos de denúncias e investigações sobre a morte violenta empreendida contra crianças e adolescentes, como nos mostram notícias veiculadas no jornal *O Grito dos Meninos e Meninas de Rua*, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. As imagens que eram vinculadas juntamente com essas notícias representam as visões de mundo do Movimento, além de trazerem elementos importantes para o estudo do fenômeno do extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife entre os anos de 1990 e 2000.

Como se pode observar, as mortes violentas empreendidas contra crianças e adolescentes são a ponta de um perverso iceberg de desigualdade social e omissão do Estado brasileiro. Quando dizemos que existe extermínio não é para aumentar o tom dramático do trabalho, mas sim para nomear de forma correta essa situação ocorrida no Recife e em todo o Brasil. A vida é colocada como um nada, é relativizada e banalizada. É como se existisse um ranking da vida, no qual, infelizmente, os mais vulneráveis socialmente estão no topo da lista para serem exterminados. Esse extermínio pode ser conduzido por pessoas comuns, que não aparentam nenhum tipo de insanidade mental, que não apresentam nenhum traço de perversidade.

Fontes documentais

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-Pernambuco. Reconhecendo nossa História. In.: Movimento

Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Pernambuco. Organização de meninos e meninas de rua: a arte de educar para a vida. Recife: MNMMR-PE, 2002.

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: MNMMR; Ibase; NEV-USP, 1991.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano da vida nua*. I. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

AMORIM, C. R. T. C. Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema. In.: V Congresso Nacional de História da Mídia. Mai.-Jun., 2007, São Paulo. Anais Digitais do V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007->

[1/ImprensaMidia%20Alternativa%20Uma%20reflexao%20sobre%20o%20tema.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/ImprensaMidia%20Alternativa%20Uma%20reflexao%20sobre%20o%20tema.pdf)>. Acesso em: 09/ 01/ 18.

ARENDT, H. Totalitarismo. In.: ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo:

Companhia das Letras, 2012.

BLOCH, M. Apologia da História, ou, O ofício de historiador. Prefácio de Jacques Le Goff; Apresentação à tradução brasileira de Lilia Mortiz Schwarz; Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUTLER, J. Introdução: Vida precária, vida passível de luto. In.: BUTLER, J. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão & Arnaldo Marques da Silva. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, R. L. Violência e infância: a criação da CPI destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes como acontecimento (Brasil, 1991). III Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Out., 2017, Florianópolis. Anais Digitais do III Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2017. Disponível em:<<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/649/404>>. Acesso em: 09/01/18.

CLEMENTE, H. A. História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 2017. 40 fls. (Relatório Final de Iniciação Científica) – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, 2017.

CRUZ-NETO, O. & MINAYO, M. C. S. Extermínio: violentação e banalização da vida. Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, v. 10, pp. 199-212, 1994. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500015>>. Acesso em: 09/05/18.

FOUCAULT, M. A Governamentalidade. In.: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In.: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MARIANO, H. A. O processo de criminalização dos modos de viver de crianças e jovens nas ruas do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Revista Expedições. Goiânia, v. 6, n. 1, pp. 97-108, jan.-jul., 2015. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2532>. Acesso em: 25/ 09/ 17.

MIRANDA, H. S. Estatuto da criança e do adolescente: conquistas e desafios. In.: ESCOLA DE CONSELHOS DE PERNAMBUCO. Estatuto da criança e do adolescente: conquistas e desafios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SILVA, E. G. O. História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 2019. 34 fls. (Relatório Parcial de Iniciação Científica) – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, 2019.

SILVA, E.G.O. & MIRANDA, H.S. “O Brasil já encontrou a forma de tirar suas crianças da rua”: História, violência e movimentos sociais (Recife, 1990-2000). In.: SILVA, A.R.L. [et. al.]. Lugares sociais das infâncias. Recife: LAHIN, 2019.

SUDBRACK, U. G. O extermínio de meninos de rua no Brasil. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 22-30, jan.-mar., 2004. Disponível em: < <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5064>>. Acesso em: 09/ 01/ 18.



